

## Quem disse ?

«Em mais de 50 anos de vida pública, bem repleta e às vezes agitada, terei de recuar aos ominosos tempos da ditadura para me lembrar de uma agressão verbal, de que tenha sido vítima, tão soez»

**Mário Soares**  
Diário de Notícias, 20 de Maio

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1021 27 MAIO 1999 100\$ - 0,5 €

**ACÇÃO SOCIALISTA**

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## António Guterres e os Balcãs

### Prestígio de Portugal intocável

O primeiro-ministro afirmou terça-feira à noite, durante um debate promovido pelo jornal «Expresso», em Lisboa, que o prestígio da diplomacia e das Forças Armadas portuguesas continua intocável entre os países da Aliança Atlântica e mesmo junto da Rússia. Durante a conferência, em que também participaram Freitas do Amaral e o ex-Presidente da República Ramalho Eanes, António Guterres recordou que até a Jugoslávia já transmitiu a posição de que apenas permitiria a entrada no Kosovo de tropas de dois países da NATO, sendo um deles Portugal.

Nas suas intervenções, o chefe do Governo recusou-se a encarar a intervenção militar da NATO como um fim em si mesmo, ou para alterar as actuais fronteiras da Federação Jugoslava, ou para modificar a situação interna do regime de Belgrado. Pelo contrário, a intervenção da NATO deverá forçar a tirania de Milosevic a lançar pontes para uma solução diplomática. E essa solução diplomática deverá sempre ter na Rússia uma parte importante, assim como consagrar uma ampla autonomia para o Kosovo.

Uma vez mais, o primeiro-ministro recordou que cerca de 90 por cento da população do Kosovo é de origem albanesa e que os massacres e as operações de limpeza étnica começaram muito antes da intervenção militar dos países da NATO.

António Guterres também concordou com a necessidade de os Estados Unidos da América participarem no esforço de reconstrução dos Balcãs, mas atribuiu a principal responsabilidade por essa tarefa aos países da União Europeia. «Perante os países dos Balcãs, a médio prazo, temos de oferecer perspectivas de aproximação e de integração nas principais instituições da União Europeia», defendeu, antes de frisar que, actualmente, o conflito mundial não opõe cristãos e muçulmanos, mas, antes, as lógicas de irracionalismo e de fundamentalismo.

## GANHOS REAIS DOS PORTUGUESES AUMENTARAM MAIS COM O GOVERNO PS

Duas vezes diante de António Guterres na Assembleia da República, outras tantas pesadas derrotas para o presidente do PSD. Como reconheceu a generalidade dos observadores políticos, Durão Barroso afundou-se no debate mensal com a presença do primeiro-ministro. E, mais grave, continua sem se conhecer a única ideia credível ao maior partido da oposição. Pelo contrário, no seu discurso, o chefe do Governo colocou em contraponto os resultados obtidos pelo último triénio cavaquista e o período entre 1996 e 1998. Nos últimos três anos, por exemplo, os ganhos reais dos trabalhadores aumentaram cerca de quatro vezes mais do que tinham subido no período anterior. António Guterres mostrou igualmente os resultados alcançados no combate ao desemprego e na execução de medidas com uma forte componente de justiça social.



### Sociedade & Pais

#### Apoio financeiro Leonor Coutinho tem plano para restaurar casas antigas



A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, tem um plano que visa restaurar as casas antigas. Segundo o plano, que será apresentado em breve, o Estado passa a ter um papel determinante, ao apoiar financeiramente senhorios e inquilinos de casas antigas com rendas baixas.

### Política

#### Almeida Santos aponta riscos Globalização afecta a democracia representativa



Almeida Santos recebeu, em Lisboa, os presidentes dos parlamentos dos Estados-membros da União Europeia e do Parlamento Europeu. Na sessão de abertura da conferência, o presidente da Assembleia da República alertou os presentes para os riscos do fenómeno da globalização em instituições que funcionam em regime de porta aberta, como os parlamentos. Mas também deixou palavras de esperança em relação à evolução do conceito de cidadania entre os «Quinze» e à maior democraticidade da partilha do projecto de construção europeia aberta pelo Tratado de Amesterdão.



## Os vícios do mau perdedor

O professor Cavaco Silva continua alegre e impunemente a dar as suas «aulas» públicas sobre economia, Agenda 2000, Fundos Estruturais e tudo o mais que lhe aprouver. Para Cavaco Silva o importante é denegrir, confundir ou minorar a acção governativa do actual Executivo, porque no seu «modesto» entendimento apenas ele e os seus «empregados» souberam governar Portugal.

O antigo primeiro-ministro continua sem perceber que estas suas atitudes reveladoras de ressentimento e desilusão em nada beneficiam a sua imagem, cada vez mais desacreditada, e em nada contribuem para a melhoria de vida dos portugueses. O candidato derrotado à Presidência da República esquece, porque não lhe convém, que foi o seu Governo quem vinculou Portugal às regras de um regulamento do Conselho Europeu que permitiu retirar a Região de Lisboa e Vale do Tejo do objectivo comunitário um -aquele que proporciona maiores fundos financeiros.

Mas, para o ex-líder do PSD, isso nada importa. Na sua cruzada anti-socialista primária o importante é confundir os portugueses, espalhar a desconfiança e o pessimismo. Aliás, Cavaco Silva é nesta matéria exímio, qual profeta da desgraça.

Recorde-se que em 1995, o teórico do caos, não concebia ser possível que um Governo socialista aumentasse as reformas ou que houvesse condições económicas para se implementar o Rendimento Mínimo Garantido em Portugal.

Cavaco que tanto gosta de propagandear a sua obra, enquanto primeiro-ministro, tenta fazer esquecer o estado em que deixou o País quando abandonou o Governo. Nos seus dez anos de governação a auto-estrada para o Algarve, que tanto critica, apenas progrediu onze quilómetros, nos últimos quatro anos o Governo Socialista aumentou-a 60 quilómetros em direcção a Grândola.

Para o «homem do leme» que frequentemente afirma que no seu governo é que se tomavam decisões é, no mínimo curioso, o facto de não se ter tomado nenhuma decisão sobre as gravuras de Foz Côa, sobre o Alqueva, a Torralta, a Lisnave ou mesmo sobre as dezenas de empresas que iam falindo deixando milhares de trabalhadores no desemprego, eternizando problemas, incapaz até de fixar os horários de abertura das grandes superfícies ou ignorando os graves problemas da droga que afectam milhares de jovens. O professor Cavaco Silva, que liderou um Governo feito à sua imagem, que apenas governava por imposição da maioria absoluta que possuía no Parlamento, sem qualquer consideração pela opinião de terceiros – as chamadas forças de bloqueio –, nunca poderá compreender como se pode exercer a governação ouvindo e respeitando as opiniões dos parceiros sociais na busca da melhor solução.

## Europeias Soares e Guterres no comício de Paris

Os principais líderes e candidatos dos partidos socialistas, trabalhistas e social-democratas concorrentes às eleições para o Parlamento Europeu participam, hoje à noite, em Paris, num comício.

Presentes estarão, pois, o cabeça-de-lista pelo PS às eleições europeias Mário Soares e o camarada António Guterres.

À volta do primeiro-ministro Lionel Jospin e de François Hollande, primeiro-secretário do Partido Socialista Francês (PSF), estarão, no Palais des Sports, «homens e mulheres que participam no poder em 13 os 15 países da União Europeia», lê-se num comunicado do PSF.

Além de Guterres e Soares, Gerhard Schroeder (Alemanha), Tony Blair (Reino Unido), Massimo D'Alema (Itália), Rosa Diez

e Felipe González (Espanha) são alguns dos dirigentes europeus que já confirmaram a sua presença na etapa parisiense da campanha socialista para as europeias.

O «anfitrião» será o antigo titular da pasta da Cultura, o francês Jack Lang que, apesar de ter sido afastado da lista ao Parlamento Europeu, está encarregue de organizar o comício.

A parte musical do comício será assegurada pelos cantores do Tri Yann, um grupo da Bretanha.

O importante, para o dirigente socialista francês Alain Claeys, é que o encontro de Paris «confira a credibilidade indispensável à construção de um projecto europeu. A esquerda em situação, ... a direita em diversão!».

## Prémios de Cannes Guterres felicita Manoel de Oliveira

O primeiro-ministro, António Guterres, enviou, no dia 23, um telegrama de felicitações ao realizador português Manoel de Oliveira pelo prémio que recebeu no Festival de Cinema de Cannes.

Ao filme «A Carta», de Manoel de Oliveira, foi atribuído o prémio do júri deste prestigiado festival de cinema internacional.

«A sua cinematografia é como uma "carta" escrita letra a letra com a paixão que o grande cineasta tem pelo seu País e pela sua cultura», diz o telegrama.

«Este prémio honra-nos a todos e traduz um momento de grande reconhecimento para a cultura portuguesa no mundo», escreveu Guterres a Manoel de Oliveira.



## ESQUERDA REJUBILA COM VITÓRIA HISTÓRICA DE MITTERRAND

As páginas 8 e 9 da edição de 28 de Maio de 1981 do «Acção Socialista» eram dedicadas à posse do socialista Mitterrand como Presidente da França. Um acontecimento histórico que enchia de esperança e júbilo toda a esquerda.

Todos os grandes dirigentes da Internacional Socialista compareceram em peso em Paris na cerimónia da investidura do seu camarada e amigo Mitterrand.

Na foto da primeira página do «AS», via-se Mitterrand a saudar no Arco do Triunfo os camaradas Mário Soares e Maria Barroso, bem como o escritor Gabriel García Márquez, Olof Palme, Leopold Senghor e a viúva do poeta Pablo Neruda. Paris era por esta altura uma festa. A construção de uma França mais solidária e justa era o objectivo. O PSF preparava já as eleições de Junho desse ano. No histórico discurso da sua tomada de posse Mitterrand afirmava: «A França terá que dizer com força que não poderá existir verdadeiramente comunidade internacional enquanto dois terços do planeta tiverem que trocar os seus homens e os seus bens contra a fome e o desprezo.»

J. C. C. B.

28 de Maio

Quem disse?

«Uma França justa e solidária que entende viver em paz com todos ode iluminar a marcha da humanidade»

François Mitterrand



## Primeiro aniversário Expo'98: balanço e futuro

O primeiro-ministro, António Guterres, presidiu, no dia 22, no Parque das Nações, em Lisboa, ao balanço e anúncio dos projectos futuros para a zona da Expo'98, designadamente no que toca às acessibilidades e à Estação do Oriente, exactamente um ano volvido da abertura da Exposição Mundial sobre os Oceanos.

Acompanhado pelo ministro António Costa, Guterres chegou ao fim da manhã ao Pavilhão de Portugal, onde decorreu a apresentação do projecto do Pavilhão de Portugal para a Exposição Mundial de

Hanôver, da autoria de Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura.

Depois, no Pavilhão do Futuro, António Guterres presidiu à apresentação do que aconteceu na área da Expo'98 desde o seu encerramento e dos projectos futuros que existem para o local.

Desde o fecho da Exposição Mundial de Lisboa, em 16 de Outubro, o Parque das Nações registou quase seis milhões de visitantes, sendo o Oceanário o local mais visitado, logo seguido dos pavilhões de Macau, da Realidade Virtual e dos Açores.

## Governador civil de Braga eleito cigano honorário

A União Romani, a associação nacional que representa a comunidade cigana, vai nomear membro honorário o governador civil de Braga, Pedro Bacelar de Vasconcelos.

É uma distinção que honra o socialista Pedro Bacelar de Vasconcelos na sua luta em defesa das minorias étnicas contra a intolerância e a ignorância. Um exemplo de coragem, coerência e de verticalidade.

A distinção traduz o reconhecimento do povo cigano pela atitude que Pedro Bace-

lar de Vasconcelos assumiu de forma extremamente corajosa no caso João Garcia, que se constituiu «num exemplo de defesa de minorias étnicas e dos direitos humanos», de acordo com a justificação de Vítor Marques, presidente da União Romani.

Pedro Bacelar de Vasconcelos, recorde-se, saiu em defesa do líder cigano João Garcia e da sua família quando alguns populares de Oleiros tentaram expulsar esta comunidade dos terrenos que ocupava.

## GANHOS REAIS DOS PORTUGUESES AUMENTARAM MAIS COM O PS NO GOVERNO

**Duas vezes diante de António Guterres na Assembleia da República, outras tantas pesadas derrotas para o presidente do PSD. Como reconheceu a generalidade dos observadores políticos, Durão Barroso afundou-se no debate mensal com a presença do primeiro-ministro. E, mais grave, continua sem se conhecer uma única ideia credível ao maior partido da oposição. Pelo contrário, no seu discurso, o chefe do Governo colocou em contraponto os resultados obtidos pelo último triénio cavaquista e o período entre 1996 e 1998. Nos últimos três anos, por exemplo, os ganhos reais dos trabalhadores aumentaram cerca de quatro vezes mais do que tinham subido no período anterior. António Guterres mostrou igualmente os resultados alcançados no combate ao desemprego e na execução de medidas com uma forte componente de justiça social.**



«M»esmo num período de clara desaceleração da economia europeia, como tem acontecido nos últimos meses, quando o desemprego começa a subir na Alemanha, entre nós este indicador voltou a diminuir no primeiro trimestre deste ano, de acordo com os números mais recentes do Instituto Nacional de Estatística. Mesmo afectado pelo abrandamento da economia europeia, Portugal criou, nestes últimos 12 meses, 110 mil empregos», referiu António Guterres, já depois de ter lembrado que o combate ao desemprego «seria, foi e é a maior preocupação da nossa política económica. Porque o emprego é acima de tudo uma questão de dignidade humana e de exercício da cidadania». Além do decréscimo contínuo do desemprego, na Assembleia da República, o primeiro-ministro também demonstrou que os últimos quatro anos «serão seguramente recordados como um período de significativa melhoria das condições de vida dos portugueses», já que se assistiu a um combate incessante à pobreza, «reforçando as classes médias, melhorando a um ritmo três vezes superior à União Europeia o poder de compra dos salários». Face a esta linha de evolução, inevitavelmente, António Guterres pronunciou-se sobre o país que os socialistas encontram quando venceram as eleições legislativas de 1995. Referindo-se ao último período de funções de Cavaco Silva, o chefe do Governo não hesitou em caracterizá-lo como de «evidente deterioração da vida política, económica e social. Os portugueses não esquecem. Para justificar a incapacidade de resolver pro-

blemas, em tudo e em todos o anterior Governo via forças de bloqueio, crispando a vida política do país», comentou.

### A pesada herança «cavaquista»

Em concreto, sobre o último Governo de Cavaco Silva, o secretário-geral do PS recordou que «não se sabia o que fazer de Foz Côa, como salvar a Lisnave, a Torraltal ou as empresas industriais que iam morrendo no interior. Com o Alqueva, esteve dez anos paralisado. Não teve a coragem de reformar a CP e, por isso, viu ficar deserto e, portanto, adiado o concurso para a concessão da travessia ferroviária do Tejo. Deixava eternizar problemas, incapaz até de fixar os horários de abertura das grandes superfícies».

Tal como António Guterres também lembrou na Assembleia da República, o anterior Executivo, não possuía qualquer estratégia para combater a droga. «Considerava-se impraticável e perigoso o rendimento mínimo garantido, preferindo esconder a pobreza. Deixou sem soluções o pré-escolar, a habitação social sem dinheiro, as lixeiras intactas. Não cresciam nem se modernizavam as forças de segurança, mas inventavam-se as superesquadradas para complicar mais as coisas ou deixavam-se superlotar perigosamente as cadeias por falta de investimentos». Mas a lista de diferenças exposta pelo actual primeiro-ministro ainda não ficaria por aqui:

«No último mandato, na educação, todos os anos se mudava de ministro e de políti-

ca, causando a maior perplexidade aos pais, aos estudantes e aos professores e deixando proliferar universidades privadas sem o mínimo de garantias de controlo e qualidade.»

A finalizar, o primeiro-ministro sublinhou aquilo que separou este e o anterior Governo em termos de cultura democrática. «O anterior Governo não gostava do diálogo e utilizava mesmo a maioria absoluta para não cumprir a lei.» Entre outros casos, lembrou a lei das finanças locais, da qual se retirou verbas aos municípios, mas também o incumprimento da lei da segurança social. «A fraude e a evasão fiscal foram desprezadas, recusando-se mesmo a certa altura, os meios indispensáveis à fiscalização, as baixas fraudulentas toleradas com indiferença, as privatizações uma confusão.»

Ao contrário desta tendência, de acordo com António Guterres, «hoje o país sente-se moralizado. Acredita em si próprio e no seu papel no centro da construção europeia. A auto-estima dos portugueses cresceu».

### A tirania do regime de Milosevic

Já em resposta às questões levantadas pelo presidente do Grupo Parlamentar do PP, António Guterres começou por reconhecer a existência de debilidades no acordo de Nova Iorque sobre Timor-Leste. Depois, lembrou que essa preocupação face ao futuro do território se deve estender a todos os partidos políticos. Mas, se as coisas correrem mal em Timor-Leste -

acrescentou em resposta ao líder da bancada do PP -, ninguém deverá culpar quem assinou o acordo. Pelo contrário, «se as coisas correrem mal, a Indonésia é quem deve ser responsabilizada. Pela nossa parte, tudo faremos para que o acordo seja cumprido e que a transição para a independência seja uma realidade», declarou. Sobre a futura composição da Comissão Europeia, o primeiro-ministro revelou que, na sua conversa com o futuro presidente, Romano Prodi, já lhe manifestou o interesse de que o comissário português tenha um pelouro forte. No entanto, não haverá qualquer indicação de nomes para a futura Comissão Europeia antes de concluídas as eleições para o Parlamento Europeu nos «Quinze» Estados-membros.

Após um ataque do secretário-geral do PCP a propósito da intervenção da Aliança Atlântica na Jugoslávia, António Guterres reagiu, alegando que lhe choca tanto a atitude daqueles que querem continuar com a guerra a todos os custos, como de todos os que procuram branquear um comportamento de tirania e de limpeza étnica seguido pelo regime sérvio de Milosevic.

Sobre a evolução da taxa de inflação, o primeiro-ministro garantiu que esse indicador se conservam em índices de tranquilidade para o Executivo, mas lembrou logo a seguir a sua recusa em relação a qualquer política de ortodoxia anti-inflacionista. «A primeira prioridade deste Governo sempre foi o crescimento económico e a criação de emprego, dentro de um quadro de controlo da inflação», explicou.

## CONFERÊNCIA

Almeida Santos aponta riscos

## GLOBALIZAÇÃO AFECTA A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

**Almeida Santos recebeu, em Lisboa, os presidentes dos parlamentos dos Estados-membros da União Europeia e do Parlamento Europeu. Na sessão de abertura da conferência, o presidente da Assembleia da República alertou os presentes para os riscos do fenómeno da globalização em instituições que funcionam em regime de porta aberta, como os parlamentos. Mas também deixou palavras de esperança em relação à evolução do conceito de cidadania entre os «Quinze» e à maior democraticidade da partilha do projecto de construção europeia aberta pelo Tratado de Amesterdão.**



necessidade de «participação activa dos parlamentos nacionais - e não só a título de acompanhamento honorífico - é hoje uma exigência indeclinável da democraticidade do seu aprofundamento e da sua ampliação. Se a Europa dos cidadãos já não tem recuo, não podem sem grave atropelo democrático manter-se à margem do seu processo evolutivo os ór-

gãos de soberania que com mais legitimidade representam os cidadãos dos seus Estados-membros», defendeu o presidente do PS.

Almeida Santos recordou, igualmente, que, «se com as cidadanias nacionais se fez com larga visão coincidir uma comum cidadania europeia - porventura a mais promissora inovação organizativa da Europa do futuro - não é senão lógico, e de novo exigência democrática, que o próprio Parlamento Europeu veja reforçado o seu papel nos avanços da União Europeia em direcção ao seu previsível ponto de chegada. Impõe-se-nos pois uma construtiva rebelião - no bom sentido - contra a até hoje prevalência da antecipação de situações de facto, de génese burocrática, à sua consagração jurídica. Até porque, na perspectiva de um acelerado processo de globalização as fases seguintes da construção da União Europeia podem ver-se confrontadas com riscos de ultrapassagem, só evitáveis a partir de uma coresponsabilização das nações europeias - através dos seus representantes nos parlamentos respectivos - complementar da responsabilização dos órgãos representa-

tivos e executivos dos correspondentes estados», alertou o presidente da Assembleia da República.

Referindo-se ao tema principal da conferência de parlamentos nacionais da União Europeia e do Parlamento Europeu, Almeida Santos vincou que «o processo de globalização está afectando de modo particular a democracia representativa e a instituição parlamentar». Para o presidente da Assembleia da República, «a lei, acto do Governo por excelência, entrou também em crise de desvalorização normativa e em processo de desobediência generalizada. Nada mais natural do que os responsáveis pela sua feitura se interrogarem sobre as razões desse fenómeno e sobre as formas de corrigi-lo ou evitá-lo».

Como lembrou Almeida Santos, «os parlamentos funcionam em regime de porta aberta. São o mais devassado dos órgãos de decisão. Daí a sua sujeição a um permanente juízo crítico da parte da sociedade civil, filtrado, quando não induzido, pelos órgãos de Comunicação Social». Por estas e por outras razões, concluiu, os encontros inter-parlamentos «são um bom exemplo de cooperação multilateral».

**A**o usar da palavra, o presidente da Assembleia da República começou por fazer uma referência ao papel do Tratado de Amesterdão no reconhecimento do papel dos parlamentos no processo de construção europeia. A seguir, lembrou que a

## JUSTIÇA

Propostas de lei governamentais

## CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO MAIS PROTEGIDOS PELO ESTADO

**As propostas de lei de protecção de crianças e jovens em perigo e de lei tutelar educativa foram aprovadas na Assembleia da República sem qualquer oposição. Estes diplomas, que partiram do ministro da Justiça, Vera Jardim, visam regular a intervenção do Estado nas situações em que os menores praticam factos qualificados pela lei como crime e promover a intervenção social do Estado e da comunidade nas situações de menores em perigo, ou carecidos de protecção.**



**N**os casos em que os menores se encontram em perigo ou desprotegidos, como salientou Vera Jardim no Parlamento, reserva-se a intervenção dos tribunais para os casos em que não há consentimento ou em que é necessário decidir sobre restrições ou regulação do exercício de direitos. No mesmo âmbito, o Governo apresentou ainda uma terceira proposta que altera alguns dos aspectos do regime de processos tutelares cíveis, mas «única-

mente com o objectivo de o adaptar às modificações resultantes das outras duas propostas, sem prejuízo de ter de se encarar a necessidade de uma mais profunda revisão que igualmente se mostra necessária», salientou o titular da pasta da Justiça.

De acordo com o ministro da Justiça, a reforma leva em conta o disposto na Constituição e em convenções e recomenda-

ções internacionais que vinculam Portugal - como a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, Nova Iorque, 1989) - e múltiplas recomendações das Nações Unidas, bem como as experiências de direito comparado e a portuguesa.

Este processo de reforma, justificou o ministro, «iniciou-se em Dezembro de 1995, com a designação de uma comissão encarregada de avaliar a situação e de propor medidas que deram origem às propostas de lei - propostas que foram precedidas e seguidas de ampla audição e discussão pública, num processo amplamente participado em que intervieram os mais variados conhecimentos, saberes e entidades».

Até hoje, em Portugal, lembrou Vera Jardim, a intervenção do Estado em relação a menores orienta-se pelo chamado modelo de protecção. «Todo o menor problema, isto é, numa situação desviante relativamente aos padrões de normalidade da vida e desenvolvimento no tecido social, é considerado carecido de protecção. E por essa simples razão, o Estado considera-se legitimado para o tomar a seu cargo». No entanto, sublinhou o ministro, «a desatenção a que o sistema vota alguns

direitos fundamentais do menor - factor que põe em causa a legitimidade da intervenção - e a incapacidade de dar resposta aos problemas levantados pelo menor que pratica condutas socialmente danosas (factor que põe em causa a eficácia da intervenção) levaram decididamente à crise deste modelo».

No fundo, concluiu Vera Jardim, «é a própria legitimidade da intervenção do Estado que está em causa».

Neste contexto, o pressuposto da intervenção tutelar deve ser não só a prática de um facto considerado pela lei penal como crime, como também a concreta necessidade de educação do menor para o direito evidenciada pela prática daquele facto que, no momento da aplicação da medida, ainda subsista.

Como salientou o ministro da Justiça no debate, «no plano dos princípios, a intervenção tutelar educativa deve orientar-se pelo princípio da intervenção mínima. Nele se consubstancia o inarredável respeito pelo direito do menor à liberdade e à autodeterminação e o de, por regra, evoluir no seu ambiente sócio-familiar normal, sem constrangimento por parte de outrem ou do Estado».

DESTAQUE – CM

Urbanismo

## COMBATE ÀS CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS

O Executivo socialista fixou, no dia 21, a disciplina aplicável à exigência de apresentação perante o notário da licença de construção ou de utilização, na celebração de actos de transmissão da propriedade de prédios urbanos.

A problemática relacionada com a construção e o comércio de edificações clandestinas, e sem prejuízo dos regimes de licenciamento existentes à data, veio a justificar uma previsão disciplinadora das transmissões da propriedade de prédios urbanos no artigo 44º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, que exige a apresentação perante o notário do comprovativo da inscrição do prédio na matriz predial, bem como da licença de construção ou da licença de utilização, quando esta for exigível, para a celebração das escrituras públicas de transmissão da propriedade de prédios urbanos.

Porém, tal norma tem sido, ao longo da sua vigência, objecto de duas interpretações distintas. Por um lado, tem-se entendido que nas escrituras públicas de transmissão da propriedade de prédios urbanos é admitida a exibição perante notário, em alternativa, da licença de construção ou da licença de utilização. Por outro lado,



à luz de outro entendimento, deverá, perante o notário, ser exibida a licença de construção ou a licença de utilização, consoante se trate, respectivamente, de edifícios em construção ou de edifícios já construídos, salvaguardando-se os casos de edifícios dispensados de licenciamento. Essa diversidade de interpretações, pelo

seu impacte e pelo número significativo de situações que pode abranger, é merecedora de aprofundada reflexão na óptica da sua inserção na sistemática normativa do regime de licenciamento de obras particulares pois é desse âmbito o fim que a norma em causa visa atingir.

No entanto, enquanto tal aprofundamento

e inserção não for feito, mostra-se necessário, de imediato e ainda que transitória-mente, superar os efeitos de tal divergência interpretativa que pode inviabilizar a transmissão de milhares de prédios urbanos, bem como clarificar a situação em que se encontram milhares de adquirentes de fracções autónomas transmitidas por escritura apenas mediante a exibição de licença de construção.

Assim, este diploma aprovado, na generalidade, na passada reunião de Conselho de Ministros, estipula que, para a realização da escritura pública, se exige apenas o comprovativo da inscrição na matriz predial e a licença de utilização, admitindo-se, no entanto, que esta possa ser substituída pela licença de construção (independentemente do respectivo prazo de validade) desde que o transmitente faça prova de que está requerida a licença de utilização e declare que a construção se encontra concluída, que não está embargada, que não foi notificado de apreensão do alvará de licença de construção, que o pedido de licença de utilização não foi indeferido, que decorreram mais de 50 dias sobre a data do seu requerimento e que não foi notificado para o pagamento das taxas devidas.

DESTAQUE – CM

Bebidas alcoólicas

## NOVO REGIME FISCAL

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 21, em Lisboa, um decreto-lei que estabelece o regime fiscal relativo ao Imposto sobre o Alcool Etilico e as Bebidas Alcoólicas (IABA).

Para além de se proceder à fusão num único diploma dos decretos-lei n.ºs 117/92, de 22 de Junho e 104/93, de 5 de Abril, aperfeiçoam-se, simultaneamente, as normas de carácter técnico já em vigor que determinam a utilização de aparelhos e métodos de medição e controlo de álcool e bebidas alcoólicas, de modo a adaptar a letra da lei às regras de carácter técnico actualmente aplicáveis em Portugal.

Além disso, com o objectivo de se conseguir um melhor controlo destes impostos, procedeu-se, ainda, a outras alterações:

- Redução em um mês do prazo de pagamento do imposto, o qual passa a efectuar-se no dia 15 do segundo mês seguinte ao das introduções no consumo, dado que se considerou excessivo o prazo actualmente vigente, factor de evasão e fraude fiscais;
- Passa a exigir-se, em vez do documento comprovativo do pagamento do IRC ou IRS, certidão comprovativa, não só do pagamento do IRC ou IRS, como também do pagamento do IVA, Segurança Social e



retenções na fonte relativas ao IRS ou, se for o caso, certidão que comprove a apresentação da declaração de início de actividade;

- Passa a ser obrigatória a apresentação do cartão definitivo de identificação de pessoa colectiva ou de comerciante em nome individual, no prazo máximo de seis meses;
- Restringe-se a faculdade de circulação

nacional em regime suspensivo aos casos em que, comprovadamente, apresentem justificação económica, o que constitui uma importante medida de prevenção da fraude;

- Estipula-se que os meios de transporte a utilizar no transporte de álcool estejam devidamente autorizados para o transporte de mercadorias perigosas, o que limitará o risco de fraude, afastando desta acti-

vidade operadores menos escrupulosos e sem condições legais para o fazer;

- Alteram-se os critérios de fixação da garantia de detenção que passam a basear-se no montante do imposto médio mensal, calculado sobre as quantidades de produtos entrados no entreposto fiscal, atenuando-se, deste modo, os riscos de operações de circulação fictícias efectuadas por operadores que nunca procedem a introduções no consumo;
- Propõe-se ainda a elevação dos montantes mínimos das garantias de álcool e bebidas alcoólicas, no Continente, para 60 mil contos, e nas Regiões Autónomas para 30 mil contos;
- Estabelecem-se crimes fiscais específicos no âmbito deste imposto, ultrapassando-se, assim, uma lacuna existente na legislação em vigor, a qual tinha repercussões nefastas em termos de repressão da fraude (nomeadamente a impossibilidade de apreensão e perda das mercadorias, dos meios de transporte e outros instrumentos utilizados na prática das infracções);
- Estabelece-se o controlo do imposto através dos selos utilizados para efeitos de certificação de qualidade ou de denominação de origem.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, anunciou, no dia 21, em Braga, que a «Loja do Cidadão» do Porto será inaugurada no final de Agosto, seguindo-se a abertura de estruturas idênticas em Aveiro, Viseu e Coimbra.



Fausto Correia salientou que estas «lojas», que disponibilizam 31 serviços públicos de forma integrada, serão alargadas numa segunda fase a todas as capitais de distrito e às principais cidades portuguesas.

O governante, que na passada sexta-feira, almoçou com o presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado, para tratar da instalação de uma «Loja do Cidadão» na cidade, revelou que a primeira destas estruturas, a funcionar em Lisboa, «recebe 1 800 pessoas por dia, tendo já prestado serviços a 34 mil utentes».

Segundo Fausto Correia, a «loja» que será aberta no Porto, tal como a de Lisboa, permitirá renovar o Bilhete de Identidade ou a carta de condução, tratar de documentos do carro, pagar a luz e a água, comprar senhas de transportes e tratar de processos do registo predial.

«Em vez de se deslocar a 31 ruas diferentes para resolver os seus assuntos, o cidadão dispõe agora da possibilidade de fazer tudo no mesmo local e num só dia», frisou.

Para o secretário de Estado, a «Loja do Cidadão» é uma «prenda» para os cidadãos, que «tudo merecem da administração pública».

COMÉRCIO

O Governo vai apresentar, no próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), um «programa para o comércio rural, com intervenção nas lojas e tabernas das aldeias do País», disse, na passada quinta-feira, dia 20, em Montalegre (Vila Real), o secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro.

Segundo o governante, a Secretaria de Estado tem neste momento «um programa em estado bastante adiantado» sobre o assunto, que «foi alvo de um estudo elaborado pela Universidade do Minho e será complementado por outro que está a ser realizado pelo Observatório do Comércio».

«A ideia é pegar num conjunto de lojas que existem nas aldeias. Por um lado, tentar modernizá-las e, por outro, tentar criar condições para que possam prestar mais e

melhores serviços, por forma a mostrar maior rentabilidade económica».

Osvaldo Castro respondeu desta forma a um desafio colocado pelo presidente da Câmara de Montalegre, Fernando Rodrigues, durante a apresentação do «Estudo Global do Projecto de Urbanismo Comercial» do município, para que o Governo criasse um programa de intervenção nas lojas e tabernas das aldeias portuguesas.



O secretário de Estado do Comércio acrescentou que «algumas dessas lojas, se não forem intervencionadas, podem desaparecer e algumas delas têm uma função social muito importante, uma vez que, em certos casos, são verdadeiramente o único ponto de distribuição, onde as pessoas podem tomar café, mas também podem comprar as suas necessidades mais imediatas».

COMUNIDADES

A exposição colectiva de artistas das comunidades portuguesas, que foi inaugurada no passado dia 20, na Galeria Mãe d'Água, em Lisboa, poderá ser levada até ao norte de Portugal, revelou o secretário de Estado das Comunidades, José Lello. A mostra «Artes de outras Partes», que estará patente ao público no referido espaço cultural das Amoreiras, até ao próximo dia 7 de Junho, engloba 60 obras de 20 artistas da diáspora.



Inserida no encontro de artistas das comunidades portuguesas, a exposição colectiva tem representados cinco fotógrafos, apresentando quatro obras cada um, e 15 pintores com dois ou três trabalhos.

José Lello salientou que pretende levar a mostra ao norte de Portugal com o objectivo de divulgar o trabalho «magnífico» dos expositores e «a qualidade artística».

Devido à participação de um grande número de pessoas no dia da inauguração, o secretário de Estado considerou que o evento foi «bem aceite e acolhido por parte da opinião pública de Lisboa», esperando que o seja igualmente no Porto.

De acordo com o governante, a mostra «salienta a qualidade dos artistas que se afirmam em países além-mar e distantes de Portugal», tendo ainda «um significado especial para os portugueses».

Segundo José Lello, «os artistas que exibem os seus trabalhos na exposição estão também a afirmar os valores, a capacidade e a criatividade dos portugueses e a se afirmarem nos países de acolhimento».

DESPORTO

O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, salientou, no dia 20, em Setúbal, que o País «está a passar por um momento importante de crescimento e evolução desportiva», que se traduz na organização de diversas competições internacionais.



«Vamos ter um campeonato mundial de basquetebol, um campeonato do mundo de atletismo em pista coberta e um campeonato do mundo de ginástica», lembrou o Miranda Calha, que referiu ainda a candidatura de Portugal ao campeonato europeu de futebol de 2004.

O governante sublinhou igualmente que muitos equipamentos desportivos financiados pelo Executivo se revestem de particular importância para a prática desportiva, mas também para a qualidade de vida das populações, dado que proporcionam uma «requalificação urbana» das zonas envolventes.

No Governo Civil de Setúbal, onde presidiu à cerimónia de assinatura de contratos-programa, no valor global de 70 mil contos, para construção e melhoramento de infra-estruturas desportivas no distrito de Setúbal, Miranda Calha procedeu, também, à condecoração da Associação de Ténis de Mesa de Setúbal com a Medalha por bons serviços desportivos e distinguiu o Clube Naval Setubalense e o Clube Lisnave com o prémio distrital do «melhor clube desportivo».

ECONOMIA

O Governo vai aprovar brevemente um diploma que prevê a concessão de incentivos à fixação de empresas em determinadas zonas do Interior do país, anunciou no dia 20, em Castelo Branco, o secretário de Estado adjunto do ministro da Economia, Vítor Ramalho.

O anúncio foi feito pelo governante no decorrer da cerimónia de inauguração da «Fercasa'99 - Feira do Mobiliário, Decoração, Jardim, Construção e Equipamentos», que decorreu sob a organização da Associação Empresarial de Castelo Branco (NERCAB).

Vítor Ramalho adiantou que o assunto está pendente no Conselho de Secretários de Estado e, oportunamente, será apresentado em Conselho de Ministros um diploma que legitimará a criação de zonas especiais de desenvolvimento, visando superar os atrasos, e nas quais estará incluído o Interior.

O secretário de Estado sublinhou que o diploma em questão se enquadra na aposta na microeconomia, após a fase em que a macroeconomia foi a eleita como prioridade pelo Executivo socialista, tendo em vista a entrada no pelotão da frente do euro. «Alcançado o euro ficámos limitados e constrangidos na utilização dos mecanismos da macroeconomia, entre os quais os orçamentais», sublinhou, acrescentando que «há um dado real que vai impor-se: a relação com o mundo empresarial, que passará a ser muito mais estreita».

EDUCAÇÃO

Até 2006 todas as escolas do ensino básico e secundário do País estarão equipadas com pavilhões desportivos. A revelação foi feita, na passada quinta-feira, dia 20, em Cascais, pelo ministro da Educação.



Marçal Grilo está confiante em que, com o terceiro Quadro Comunitário de Apoio para o período 2000 a 2006, será possível recuperar o «grande atraso» em termos de equipamento que falta ainda «em algumas centenas» de estabelecimentos de ensino. Neste sentido, é importante a parceria de financiamento entre o Ministério da Educação e das autarquias, para permitir a construção de «pavilhões maiores e abertos à comunidade», salientou, viabilizando ainda que «nas terras pequenas, os clubes os utilizem para treinos».

PELO PAÍS

Governança Aberta

O governante lembrou que entre 81 e 94 não se construíram pavilhões novos, «por-que o Estado na altura não tinha orçamento» para os incluir nas escolas. Porém, a partir de 1996, o Governo decidiu que «todas as escolas novas terão um pavilhão». No caso das escolas que são substituídas, algumas das quais a funcionar em «pré-fabricados hoje completamente degradados», «faz-se tudo, o pavilhão e a escola». Marçal Grilo falava na inauguração do pavilhão da escola António Pereira Coutinho que inclui uma sala de ginástica, investimento de cem mil contos (500 mil euros).

HABITAÇÃO

A melhoria das condições das habitações da população idosa deve ser uma das «novas prioridades» da política do Governo e do poder local, defendeu, no dia 21, em Coimbra, a secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho.



«Os grandes problemas em termos da habitação registam-se entre os idosos», considerou, aludindo à degradação de muitas das casas que ocupam, aos seus fracos rendimentos e ao desconhecimento dos benefícios ao seu alcance. A governante intervinha, no salão nobre da Câmara Municipal de Coimbra, na apresentação do Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitações (SOLARH). Este programa - destinado a proprietários idosos e a agregados familiares com fracos recursos económicos - permite a contratação de empréstimos até dois mil contos sem juros, para a realização de obras de conservação em casa própria. As prestações são estabelecidas de acordo com os rendimentos dos beneficiários. «A colaboração das câmaras e das juntas de freguesia neste processo é essencial para que informem as populações e recolham os pedidos de apoio», sublinhou Leonor Coutinho. Segundo a secretária de Estado, o programa constitui um «bom instrumento» para superar «uma certa crueldade da sociedade» em relação aos idosos, quando permite que «vivam em condições infra-humanas nas suas casas ou em lares». Referindo que a legislação «não tem incentivado a recuperação do parque habitacional» e apresentando um pacote de medidas na matéria, a governante lembrou que esta é uma das novas priorida-

des governativas no sector, a par da reabilitação dos centros urbanos. Na indústria da construção civil, apenas três a cinco por cento incide na recuperação, um valor muito abaixo da média europeia (35 por cento), indicou.

INOVAÇÃO

Cerca de 800 professores de todos os graus de ensino da Madeira estiveram reunidos, nos dias 20 e 21, no Funchal, no âmbito do VI Congresso Regional subordinado ao tema «Educação no século XXI».



A sessão de abertura contou com a presença da secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente. «Defender uma escola para todos: promover o sucesso» e «construir para a mudança» que conta com a intervenção do deputado do PS Manuel Alegre, foram temas em foco neste congresso regional dos professores.

TURISMO

Um catálogo com dez sugestões de percursos de arte islâmica, abrangendo 40 localidades portuguesas, foi apresentado no dia 25, no âmbito de uma iniciativa da Secretária de Estado do Turismo. O catálogo, intitulado «Terras da Moura Encantada», insere-se no programa «Arte Islâmica no Mediterrâneo», que conta com a participação de 11 países da bacia mediterrânica. O principal objectivo é fomentar uma forma de mostrar o património convidando o público a visitar as obras de arte nos seus contextos naturais. Em Portugal, este itinerário-exposição propõe dez circuitos através de 40 localidades do centro e do sul do País, entre os quais os designados por «A Arte Mudejar», «Entre Mouros e Moçárabes», «Idanha: Terras de Fronteira» e «A Estrada do Gharb». «Mértola: Um Reino de Taifa», «Guadiana: O Grande Rio do Sul», «Entre o Algarve e a Serra», «Silves: Capital da Arte Almoadá», «O Cabo do Fim do Mundo» e «Os Castelos do Sado» são os restantes percursos propostos. O catálogo, que foi apresentado numa cerimónia realizada no Castelo de São Jorge, em Lisboa, possui, «o rigor científico de um livro de arte e a precisão de um guia turístico», fornecendo informações sobre as obras e os monumentos considerados de visita obrigatória.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 21 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que regula a ligação às forças de segurança, Guarda Nacional Republicana (GNR) e Polícia de Segurança Pública (PSP), de equipamentos de segurança contra roubo ou intrusão que possuam ou não sistemas sonoros de alarme, instalados em edifícios ou imóveis de qualquer natureza;
- Um decreto-lei que estabelece o regime fiscal relativo ao imposto sobre o álcool etílico e as bebidas alcoólicas (IABA);
- Um decreto-lei que define o regime de estabelecimento e de utilização de redes privadas de telecomunicações;
- Uma resolução que aprova a atribuição à Autoridade Nacional Palestiniana de uma contribuição até ao montante máximo equivalente a 2 100 000 dólares dos EUA, destinada ao financiamento do projecto Belém 2000;
- Um decreto-lei que aprova a estrutura da carreira de pessoal docente de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e estabelece as normas relativas ao seu estatuto remuneratório;
- Um decreto-lei que estabelece a disciplina aplicável à exigência de apresentação perante o notário de licença de construção ou de utilização na celebração de actos de transmissão da propriedade de prédios urbanos;
- Um decreto-lei que estabelece os princípios reguladores da investigação de acidentes e incidentes com aeronaves civis, e cria um gabinete responsável pela prevenção e investigação desses acidentes e incidentes, conforme previsto na legislação comunitária
- Um decreto-lei que cria delegações para a cooperação junto das missões diplomáticas portuguesas;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo;
- Uma resolução que regulamenta a terceira fase do processo de privatização do capital social da Brisa - Auto-Estradas de Portugal, SA; constitui o programa Milénio-Algarve;
- Um diploma que altera o artigo 3º do decreto-lei que cria o suplemento de serviço aéreo;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos;
- Um decreto-lei que institui um novo regime jurídico aplicável ao acesso e exercício da actividade transitória;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto Orgânico do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e estabelece um regime excepcional, de carácter temporário, para a aquisição de bens e serviços necessários à criação de uma única Base de Dados de Contribuintes;
- Um decreto-lei que reduz os benefícios fiscais concedidos à Brisa - Auto-Estradas de Portugal, SA, e revoga o artigo 49 319, de 25 de Outubro de 1969;
- Um decreto-lei que estabelece as normas de execução do Orçamento da Segurança Social para 1999;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna as directivas comunitárias que alteram as listas de substâncias que podem ser admitidas na composição dos produtos cosméticos e de higiene corporal;
- Um diploma que altera o decreto-lei que regula o regime das cláusulas contratuais gerais;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 102/90, de 21 de Março, revendo o elenco das taxas aeroportuárias;
- Um decreto-lei que regula situações de desconformidade funcional existentes em algumas carreiras do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC);
- Um diploma que altera a redacção do decreto regulamentar que estabelece os requisitos das instalações e do funcionamento dos meios complementares de alojamento;
- Um diploma que altera o decreto regulamentar que fixa os requisitos das instalações e do funcionamento dos estabelecimentos hoteleiros;
- Uma resolução que aprova a concessão de garantia pessoal do Estado, ao empréstimo no montante de 42 417 435 euros (9 100 000 000 escudos), a contrair pela LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Tratamento do Lixos da Região do Porto, junto do Banco Europeu de Investimento, destinado ao financiamento parcial da construção de uma Central de Incineração de Resíduos Sólidos na Área Metropolitana do Porto;
- Uma resolução que altera a planta de síntese do Plano Geral de Urbanização de Ponte de Sor, no município de Ponte de Sor;
- Uma resolução que altera a planta do Plano Director Municipal de Loures;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município de Alcácer do Sal.

# CARTAZ

## 25 ABRIL

### 25 ANOS



**300 EXEMPLARES EDIÇÃO LIMITADA**

Formato 40x60 cm, impresso a cores em papel couché  
**500\$00 MAIS PORTES DE CORREIO**

Pretendo receber, na morada indicada, o Cartaz 25 de Abril 25 Anos

Envio Cheque  Vole Correio  No valor de 750\$00  
Inclui custos de envio

Nome \_\_\_\_\_  
 Morada \_\_\_\_\_  
 Cod. Postal \_\_\_\_\_  
 Telefone \_\_\_\_\_  
Abreça ou assinatura  
 Telexativo \_\_\_\_\_

Por favor destacar este cupão e enviar para a seguinte morada:  
**Acção Socialista Avenida das Descobertas 17 1400 Lisboa**

Se deseja, poderá utilizar o seguinte email: [acao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:acao.socialista@partido-socialista.pt)

## DESTAQUE – CM

Solidariedade

## EXECUTIVO PORTUGUÊS APOIA BELÉM 2000

O Governo português deu luz verde, na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada no dia 21, em Lisboa, para a atribuição à Autoridade Nacional Palestiniana de uma contribuição até ao montante máximo equivalente a 2 100 000 dólares americanos, destinada ao financiamento do projecto Belém 2000.

A cidade palestiniana de Belém carece de uma urgente acção de reabilitação urbana, tendo em vista, para além da melhoria das condições de vida das populações, dotar a cidade de estruturas que permitam a recepção do significativo número de peregrinos e turistas que deverão afluir à mesma por ocasião das comemorações do ano 2000.

Este projecto mereceu de imediato o apoio da comunidade internacional, tendo numerosos países e instituições multilaterais manifestado a intenção de contribuir financeiramente para a sua concretização.

Entre os projectos considerados prioritários encontra-se o denominado Belém 2000 que visa a reabilitação do património histórico, religioso e cultural da cidade de Belém e zonas envolventes.

Portugal encontra-se também empenhado no apoio ao sistema educativo palestiniano, nomeadamente através dos financiamentos concedidos à Universidade Nacional de An Najah, em Nablus.

Em termos concretos, o montante a que se refere este diploma visa importantes projectos a executar, em Belém, por instituições portuguesas como a constituição de uma unidade de assistência técnica, legal e administrativa, tendo em vista a reabilitação, manutenção e protecção de edifícios históricos e culturais na zona de Belém; a reabilitação de edifícios tradicionais em Hosh in Hananieh, no centro histórico de Belém, incluindo a adaptação para realização de actividades culturais e a reabilitação do edifício histórico Hosh Abu Sa'da, no centro antigo de Beit Sahour, incluindo a adaptação para museu e para a realização de actividades turísticas.

O diploma atribui ainda à Autoridade Nacional Palestiniana uma doação até ao montante máximo equivalente a 550 mil dólares dos EUA, para financiamento da fase final de construção do lar para estudantes femininas da Universidade de An Najah, em Nablus, designado de «Casa de Portugal».

## DESTAQUE – CM

Telecomunicações

## REGRAS PARA UTILIZADORES PRIVADOS

O Governo definiu, na passada sexta-feira, dia 21, em reunião de Conselho de Ministros, um regime para o estabelecimento e de utilização de redes privadas de telecomunicações.

Assim, é fixado um quadro normativo a que passará a obedecer a instalação e usufruto de redes privadas de telecomunicações, entendidas estas como um meio instrumental e apto à satisfação de necessidades específicas de comunicação de pessoas singulares ou colectivas, para uso próprio ou para um número restrito de utilizadores, sem envolver qualquer remuneração ou exploração comercial.

Consagra-se o princípio da plena liberalização das infra-estruturas próprias a utilizar pelas entidades autorizadas a estabelecer e utilizar redes privadas, independentemente dos meios técnicos passíveis de ser utilizados na instalação e operação das referidas redes, os quais podem consistir, quer em meios físicos, quer de índole radioeléctrica.

Restringe-se, atento o fim a que se destina, a possibilidade de ligação destas redes aos serviços de telecomunicações de



uso público e interdita-se tanto a ligação directa entre redes privadas, como a prestação, directa ou indirecta, de serviços de uso público pelas entidades que estabeleçam ou utilizem redes privadas.



DEPUTADO JORGE VALENTE

Comunicado

## ULTRAPASSAR O «CLAUSTRO DA INTRANSIGÊNCIA»



O deputado Jorge Valente, na qualidade de portavoz do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) para o sector das pescas, emitiu, no dia 24, um comunicado que apresentou na Assembleia da República, onde afirma que «25 anos de democracia exigem outro relacionamento entre armadores e pescadores». O parlamentar do PS refere-se, no texto do comunicado, à prolongada greve dos pescadores de arrasto de peixe costeiro que já dura há quase dois meses.

«Os pescadores pugnam pela dignificação da sua actividade profissional, caracterizada por desigualdades de décadas», escrevem Jorge Valente, lembrando a seguir que os profissionais em questão «pretendem ver aumentado o seu salário base para valor do Salário Mínimo Nacional, o aumento da percentagem de pesca em 0,3 por cento (a situação vigente dura há mais de 30 anos) e outras regalias que hoje são usufruídas por quaisquer trabalhadores de outros sectores». Conforme atesta o documento subscrito por Jorge Valente, o País está perante um conflito que respeita à negociação de um contrato colectivo de trabalho que deve ser resolvido pelas partes, nomeadamente, a Federação do Sindicato do Sector da Pesca e a Associação dos Armadores da Pesca Industrial.



«O Governo tem, por várias vezes, tentado a aproximação das partes, mas até ao presente momento sem resultados práticos, dada a intransigência dos armadores, que se recusam pura e simplesmente a negociar», diz ainda o comunicado. Recordando o significado que a pesca tem na história e economia de Portugal, Jorge Valente apela para a assunção de uma outra postura e para um outro relacionamento entre armadores e pescadores. No comunicado, termina escrevendo: «25 anos depois do 25 de Abril de 1974 é inaceitável que uma associação patronal se encerre no claustro da intransigência, deixando arrastar uma situação de incalculáveis reflexos negativos para o futuro do sector.»

MARY RODRIGUES

DEPUTADO ARLINDO OLIVEIRA

Região Autónoma da Madeira

## A AUTONOMIA É UM PROCESSO DINÂMICO SEMPRE EM APERFEIÇOAMENTO

«A autonomia é um processo dinâmico, sempre inacabado e sempre em aperfeiçoamento e se consideramos o processo autónómico irreversível sempre a caminho do aprofundamento, o mesmo não pensamos da regionalização de alguns serviços e de algumas transferências que poderão dificultar eventualmente a eficácia do Governo Regional.»

As palavras são do deputado do PS Arlindo Oliveira e foram proferidas no dia 19 de Maio, na Assembleia da República, durante a discussão do projecto de revisão do estatuto político-administrativo da Região Autónoma da Madeira.

«É conhecida a luta do PS/Madeira, através dos seus deputados à Assembleia Legislativa Regional da Madeira, no sentido de dotar a Região Autónoma da Madeira de um estatuto político-administrativo definitivo, que só foi viabilizado pela maioria PSD, passados que foram 15 anos», afirmou.

Para o deputado socialista Arlindo Oliveira, a revisão agora proposta «é baseada num conjunto de motivos meritórios, embora nem

todos conseguidos». Na sua intervenção, Arlindo Oliveira salientou o papel desempenhado pelo PS relativamente aos problemas autonómicos, «cuja sensibilidade e compreensão ficaram demonstradas ao longo destes quatro anos de Governo socialista».

### Protocolos cavaquistas de triste memória

Para Arlindo Oliveira, «a solução da famigerada dívida da Madeira, mantida e aumentada nos Governos de maioria absoluta de cavaco Silva, com os protocolos financeiros, de triste memória, sempre denunciados pelo PS/Madeira, bem como a aprovação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas constitui um culminar de boa vontade e compreensão do Governo de António Guterres para os problemas da autonomia e da regionalização, numa atitude de Estado, sem precedentes em governos anteriores que é de enaltecer e de louvar».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO RUI SOLHEIRO

Desenvolvimento

## FAZENDO JUSTIÇA AO ALTO MINHO



«A aposta num desenvolvimento nacional solidário passa pelo apoio essencial às regiões menos desenvolvidas e estou certo de que o Alto Minho pode contar com a solidariedade nacional.»

Foram estas as palavras proferidas pelo deputado socialista Rui Solheiro, no dia 20, na Assembleia da República, que não hesitou em mostrar-se satisfeito com a performance governativa no distrito de Viana do Castelo.

Fazendo um breve balanço dos últimos três anos e meio de administração PS, o parlamentar socialista falou um «período de forte cooperação entre a administração central e local», referindo os investimentos de maior dimensão realizados no distrito vianense no sector dos transportes e acessibilidades (A3 Braga/Valença; IC1 Porto/Viana do Castelo; Ponte Internacional Peso/Arbo de Melgaço e IC1 Viana/Caminha e IP9), saúde (melhoria de serviços, investimento na construção de centros de saúde e obras nos hospitais) e ambiente (recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, o PNPg e a Barragem de Sela).

Muito sumariamente, Rui Solheiro passou a elencar as iniciativas que concretizam o esforço do Executivo socialista nos vários sectores: «Na justiça, construindo os Palácios da Justiça de Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira. Na solidariedade social, com projectos de luta contra a pobreza em todos os concelhos do distrito. Na dinamização económica, apoiando a instalação de Parques Industriais e disponibilizando apoios excepcionais à modernização do comércio tradicional em todos os centros urbanos. No desenvolvimento rural, com o reforço do LEADER do Vale do Lima e com um novo LEADER para o Vale do Minho, abrangendo todos os concelhos da região.»

Apesar de a actuação governamental ter sido «largamente positiva», o deputado do GP/PS não deixa de sublinhar que ainda



falta muito por fazer para que o distrito de Viana do Castelo atinja os níveis de desenvolvimento a que a população aspira e as potencialidades justificam.

Neste sentido, para Rui Solheiro, «o terceiro Quadro Comunitário de Apoio aparece como uma oportunidade única para dar o salto qualitativo de que o Alto Minho precisa».

«Impõe-se por isso um esforço acrescido de investimento público e de mobilização da sociedade civil, visando alcançar um estágio superior de investimento público e privado», exortou.

Na opinião do parlamentar do PS, torna-se «indispensável que, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Integrado do Alto Minho, se seleccionem três ou quatro sectores como prioritários e se assumam compromissos com investimentos devidamente calendarizados e com garantias de financiamento em áreas determinantes para o desenvolvimento equilibrado do distrito».

Para Rui Solheiro, os domínios em que o PDI deverá apostar com maior incidência são o dos transportes e acessibilidades, o da educação/formação, o do desenvolvimento económico e o do ambiente, sem deixar de atender à componente da preservação e valorização do património cultural. «Em suma, o Alto Minho está a fazer um grande esforço para recuperar o atraso de muitas décadas», afirmou o deputado socialista, sublinhando o facto de existirem ainda diversos estrangulamentos na região, mas também potencialidades a estimular e desenvolver.

MARY RODRIGUES

## AGENDA PARLAMENTAR

### Quinta-feira, dia 27

Os trabalhos parlamentares de hoje começam com um agendamento potestativo logo às 15 horas, seguindo-se a análise do projecto de lei do CDS/PP sobre a Lei de Bases da Saúde.

As votações regimentais realizam-se, sensivelmente, pelas 18 horas.

### Sexta-feira, dia 28

A Assembleia da República reúne, amanhã, a partir das 10 horas, para o debate em torno a três propostas de lei governamentais.

A primeira iniciativa legislativa do Executivo socialista aprova o Regulamento Disciplinar da Guarda Nacional Republicana.

O segundo diploma regula o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública.

Por último, a terceira proposta de lei autoriza o Governo a legislar sobre o regime de utilização das armas de fogo ou explosivos pelas forças e serviços de segurança.

DEPUTADA NATALINA MOURA

Ambiente

## MUDAR HOJE PARA NÃO MORRER AMANHÃ



A deputada socialista Natalina Moura classificou de «demagógica, redutora, politicamente mesquinha e falaciosa» a solução proposta pela

bancada laranja para o problema da gestão dos resíduos industriais perigosos.

«Hoje, à luz dos conhecimentos de que dispomos, a solução "recolher, armazenar e classificar os resíduos tóxicos", preconizada pelo PSD, não se nos afigura como hipótese séria e credível», disse.

Recordando que ao apontar-se a co-incineração como medida que poderá pôr cobro à insustentável situação ambiental dos resíduos tóxicos, Natalina Moura falou dos «arautos da desgraça» que, desde logo, proclamaram que essa não era uma solução, não resolvia o problema, não conduzia à redução dos resíduos, nem à requalificação ambiental.

«Esperava-se que apontassem alternativas, mas não o fizeram», referiu a deputada do GP/PS, interrogando-se sobre a identidade quem é servido por este tipo de «argumento sem saída».

«Não queremos acreditar que alguém com



responsabilidade e com postura de Estado tenha em mente desafiar os termos da directiva do Conselho de 2 de Abril de

1990, que reforçou o controlo, proibindo a exportação de resíduos perigosos para qualquer país que tenha proibido a importação desses resíduos para neles serem eliminados», declarou Natalina Moura, numa breve referência aos fundamentos internacionais de uma política de gestão

de detritos tóxicos baseada na co-incineração.

Ao lembrar que enquanto a oposição, na sua crítica infrutífera e destrutiva, criava um alarmismo infundado nos cidadãos, a deputada socialista fez questão de frisar que, «para espanto de muitos», o Governo se empenhava na resolução do problema, «confrontando-se o saber com o poder, ou melhor, os saberes com os poderes».

«O policlorodibenzo foi redescoberto e potencializado até à exaustão», comentou. Numa alusão à obra «Do Outro Lado da Esperança», da autoria de Almeida Santos, onde é colocada a questão retórica de decidir entre «mudar hoje ou morrer amanhã?», Natalina Moura reflecte pelo aviso deixado por Osborn Wilson: «O Homem é, de facto, a única espécie que criou os meios de se destruir. A inteligência e o individualismo não programados, no Homem, ameaçam a própria espécie».

«Este parece ser o síndrome da oposição, nomeadamente do PSD: criticar, nada fazer, não decidir e nada mudar», denunciou, frisando que é esta postura que distingue os socialistas da oposição laranja.

Segundo Natalina Moura, o PS propõe soluções, tornando-as alvo de discussão, decidindo e mudando.

«Sabemos, pois, mudar hoje para não morrer amanhã», concluiu. **MARY RODRIGUES**

GP/PS

Obras públicas

## INICIATIVAS LEGISLATIVAS VISAM MAIOR RIGOR E TRANSPARÊNCIA

Numa nota à Imprensa, o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) refere que as iniciativas legislativas do Governo de alteração dos regimes jurídicos das empreitadas de obras públicas, do acesso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas e de industrial de construção civil e da actividade da mediação imobiliária tiveram na sua génese o reconhecimento de que o regime legal em vigor carecia de alterações que permitissem maior rigor e transparência.

Assim, as iniciativas legislativas visam, entre outros aspectos, «uma regulação mais efectiva do mercado das obras pú-

blicas, no sentido de tornar mais rigoroso e transparente o processo de concurso e mais controlados os seus custos», bem como permitir «a existência de um organismo dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial próprio, capaz de dar resposta à necessidade de melhorar o sistema de qualificação das empresas quer ao nível do ingresso no mercado quer no que se refere às condições de manutenção» e ainda «credibilizar as actividades de construção civil e obras públicas e potenciar empresas sólidas e competitivas face aos novos mercados público e particular».

J. C. C. B.



DEPUTADO RUI CARRETEIRO

Maternidade e paternidade

## UM NOVO EQUILÍBRIO ENTRE OS PAPÉIS DA MULHER E DO HOMEM



O deputado do PS Rui Carreteiro defendeu «um novo equilíbrio entre os papéis da mulher e do homem na família e na sociedade».

Numa intervenção efectuada na Assembleia da República aquando da discussão da proposta de lei governamental que visa reforçar a protecção da maternidade e da paternidade, o deputado do GP/PS lembrou que «a Nova Maioria assumiu desde o primeiro momento o princípio da solidariedade como o eixo central da sua orientação política e da sua acção governativa».

O deputado do PS defendeu que «uma sociedade que se quer solidária tem de assegurar uma maternidade e paternidade dignas», acrescentando ser sua convicção de que «uma civilização que não cuida da renovação adequada das gerações arrisca a sua continuidade».

Neste contexto, considerou que «importa garantir à mãe uma gravidez equilibrada e assegurar a ambos os progenitores o acompanhamento adequado dos filhos, sobretudo nos primeiros anos de vida». Recordando que a Nova Maioria se com-

prometeu com os portugueses a promover iniciativas que visassem compatibilizar a vida familiar e o lazer com a actividade profissional dos nossos cidadãos de ambos os sexos, Rui Carreteiro enunciou algumas das medidas de apoio à família e num quadro de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres já implementadas pelo Executivo socialista e que marca claramente a diferença, no plano social, entre um Governo do PS e um Governo laranja.

**Soluções justas, inovadoras e adequadas**

É neste contexto, sublinhou, que surge a proposta de lei governamental de alteração do regime legal da maternidade e da paternidade com o objectivo de «reforçar a protecção dos direitos dos pais, mães e avós trabalhadores e das crianças».

Rui Carreteiro disse ainda ser com regozijo que o GP/PS apoia esta iniciativa legislativa, «que propõe soluções inovadoras, justas e adequadas, cujo efeito no quotidiano das famílias portuguesas será largamente positivo». **J. C. CASTELO BRANCO**

## UNIÃO EUROPEIA

BRUXELAS

Agricultura

### MINISTROS DEBATERAM SITUAÇÃO DO SECTOR PORCINO

Os ministros da agricultura da UE debateram na passada segunda-feira, em Bruxelas, a situação no sector da carne porcina, afectado por importantes descidas de preços desde há um ano.

O ponto de partida para o debate foi um relatório apresentado aos ministros pelo comissário europeu do pelouro Agrícola, Franz Fischler.

As discussões sobre a crise no mercado da carne de porco foram completadas por um memorando da delegação belga ao Conselho.

O comissário Fischler também informou o Conselho Agrícola das evoluções dos «dossiers» Banana e Carne com Hormonas.

A União Europeia, que viu recentemente confirmada pela Organização Mundial do Comércio-OMC a condenação do seu regime de importação de bananas, está disposta a rever as regras comerciais que privilegiam a entrada das produções de África, Caraíbas e Pacífico no mercado

comunitário.

Já no tocante à proibição europeia das importações de carne de bovino com hormonas, em particular dos Estados Unidos, a União não se conforma com o parecer negativo da OMC, que a intimou a revogar a medida até 13 de Maio.

Desafiando a autoridade que supervisiona o comércio mundial e persuadidos de que a razão científica os assiste, os quinze decidiram manter o embargo à carne com hormonas, disponibilizando-se para dar compensações financeiras aos exportadores afectados.

Na decisão da UE pesou, sobretudo, a hostilidade com que - segundo as autoridades nacionais e os grupos ambientalistas - a grande maioria dos consumidores europeus encara aquele produto.

Por último, os ministros da Agricultura foram chamados a dar parecer sobre um projecto de resolução em matéria de resistência aos antibióticos.

HORMONAS

Comissão Europeia decidiu

### IMPORTAÇÕES DE CARNE DOS EUA SUSPENSAS A PARTIR DE 15 DE JUNHO

A Comissão Europeia mantém a decisão de suspender as importações de carne bovina dos Estados Unidos a partir de 15 de Junho, por ter encontrado resíduos de hormonas de crescimento em lotes importados.

A decisão, que já foi oficializada por procedimento escrito (sem debate em colégio de comissários), recebeu «luz verde» do Comité Veterinário da UE, composto por peritos dos Estados-membros.

A Comissão justifica a suspensão das importações de carne bovina norte-americana por imperativos de protecção da saúde do consumidor, após a descoberta, através de um estudo independente, de resíduos de hormonas de crescimento em lotes importados dos EUA indevidamente catalogados «sem hormonas».

A carne de vaca com hormonas é proibida no mercado europeu.

O Comité Veterinário também apoiou uma

proposta da Comissão que prevê que todas as importações de carne bovina dos EUA sejam controladas pelos Estados-membros.

Ambas as medidas serão revistas em função da evolução da situação e das garantias que forem dadas pelas autoridades competentes norte-americanas.

Comentando a aceitação das suas propostas pelo Comité Veterinário, o comissário encarregado da Política Agrícola, Franz Fischler, manifestou a disponibilidade da Comissão de Bruxelas para cooperar com os EUA na resolução deste problema.

Este foco de conflito UE-EUA vem juntar-se a outras «guerras» entre os dois gigantes do comércio mundial, incluindo divergências sobre o sistema europeu de importação preferencial de banana de África, Caraíbas e Pacífico e de comercialização da banana europeia.

ALEMANHA

Comunicações

### LUZ VERDE AO PROJECTO EUROPEU DO SATÉLITE GALILEU

O Governo alemão vermelho-verde (SPD e Verdes) deu hoje luz verde ao projecto da União Europeia (UE) para pôr em prática um sistema de navegação por satélite, denominado Galileu, anunciou recentemente o Ministério dos Transportes alemão num comunicado.

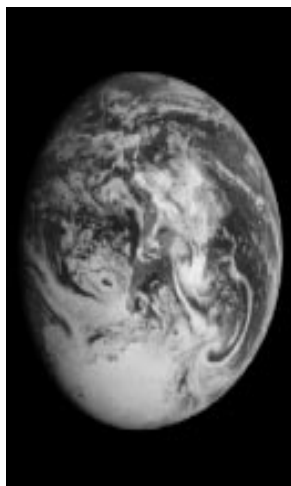
O projecto conta com a participação da Rússia e baseia-se num sistema global europeu de navegação, entrando no quadro do GNSS (Global Navigation Satellite Systems) e utilizará satélites estacionados numa órbita média (19 a 20.000 Km de altitude) compatível com o sistema norte-americano GPS.

Este sistema, GPS e, o da ex-União Soviética, GLONASS, são os únicos até ao presente a fornecer este tipo de serviços. Segundo o comunicado, o ministro dos Transportes alemão considera que o sistema Galileu funcionará em 2008, permitindo à Europa adquirir a sua independência neste domínio.

Em Fevereiro último, a Comissão Europeia havia convidado os países membros da UE a participar na realização do projecto Galileu.

Bruxelas estima uma linha de orçamentos para este projecto na ordem dos 750 milhões de euros.

No entanto, a Agência Espacial Europeia (ESA) contribuirá com 500 outros mi-



lhões, o que dá um total de 1,25 mil milhões de euros para um projecto avaliado entre 2,2 e 2,9 mil milhões de euros. O restante da verba virá de outros parceiros públicos e privados.



EUROSTAT

Desemprego

### TAXA EM MARÇO ESTÁVEL FACE A FEVEREIRO

O desemprego nos quinze países da União Europeia manteve-se inalterado em Março de 1999 face a Fevereiro, correspondendo a 9,6 por cento da população activa, segundo dados publicados no dia 6 pelo Eurostat, o gabinete de estatísticas comunitário.

Nos 11 países da zona euro o desemprego fixou-se em Março ao mesmo nível de Fevereiro, a 10,4 por cento da população activa.

O Eurostat estima a 16,3 milhões o número de pessoas à procura de emprego na UE em Março de 1999, dos quais 13,5 milhões na zona euro.

As taxas de desemprego mais baixas - in-

feriores a 5,0 por cento - foram registadas em Março no Luxemburgo (2,8 por cento), na Holanda (3,6 por cento em Fevereiro), em Portugal (4,2 por cento), Áustria (4,6 por cento) e na Dinamarca (4,7 por cento).

Com 17,4 por cento, a taxa de desemprego na Espanha mantém-se de longe a mais elevada da UE, mas fortemente em baixa face a Março de 1998, onde atingia ainda os 19,2 por cento.

Seguem-se a França (11,4 por cento), a Finlândia (10,6 por cento), a Bélgica (9,1 por cento) e a Alemanha (9,0 por cento), a Suécia (7,5 por cento) e a Irlanda (6,9 por cento).

## LEONOR COUTINHO TEM PLANO PARA RESTAURAR CASAS ANTIGAS

**A** secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, tem um plano que visa restaurar as casas antigas.

Segundo o plano, que será apresentado em breve, o Estado passa a ter um papel determinante, ao apoiar financeiramente senhorios e inquilinos de casas antigas com rendas baixas.

De acordo com o sistema inédito gizado por Leonor Coutinho, um senhorio passa a estar obrigado a fazer obras na casa que tem alugadas e recebe uma ajuda governamental a fundo perdido.

Depois de efectuadas as obras, pode aumentar a renda de forma a recuperar o dinheiro que gastou.

Assim, por exemplo, se as obras custarem três mil contos, o Estado ajuda com 1200 e os restantes 800 contos serão divididos em oito anos, mas pagos pelos inquilinos com o aumento da renda. Quanto aos inquilinos com fracos recursos económicos que não possam pagar a renda actualizada, passam a receber um subsídio do Governo.

Leonor Coutinho garante que no estudo deste plano houve sempre um especial cuidado com a vertente social, garantindo aos agregados familiares de fracos recursos toda a protecção.

Entretanto, segundo um documento da Secretaria de Estado da Habitação, cerca de meio milhão de famílias acedeu ao crédito à habitação no triénio 1996/1998, o



dobro do número verificado no período 1993/95.

No documento, a Secretaria de Estado salienta ainda que, em 1998, os encargos anuais estatais (deduções do IRS) ascenderam a 161 milhões de contos, contra 93

milhões gastos em 1995.

A dinâmica de uma política integrada, o apoio do Estado à recuperação de casas arrendadas cresceu 72 por cento, enquanto os apoios ao arrendamento por jovens aumentou 172 por cento.

No âmbito do apoio aos jovens, a comparticipação estatal ascendeu a 26 milhões de contos no triénio 96/98, contra 10 milhões comparticipados nos três anos anteriores.

O crescimento do investimento do Estado verificou-se também nos equipamentos em bairros sociais, área em que atingiu 31 milhões de contos no período 1996/98, bastante acima dos 600 mil contos aplicados no triénio anterior.

No âmbito das políticas neste sector, Leonor Coutinho salienta como principais vectores prosseguidos pela Secretaria de Estado a que preside o fomento de parcerias entre o Estado, o poder local e as instituições de solidariedade social, a par da desburocratização dos processos de candidatura aos programas de realojamento.

A flexibilização dos financiamentos, com a celebração de contratos plurianuais, a procura de linhas de crédito no mercado financeiro ou a disponibilização de financiamentos a longo prazo e a taxas de juro inferiores à inflação são outros factores invocados por Leonor Coutinho como símbolos da sua aposta no sector.

A secretária de Estado da Habitação recorda ainda a actualização da legislação, a redução do IVA e a isenção de SISA e da contribuição autárquica para a habitação a custos controlados como outros exemplos da política para este sector.

## DESEMPREGO EM QUEDA

**O** Instituto Nacional de Estatística (INE) no dia 23, que a taxa de desemprego a baixar no primeiro trimestre no em Portugal, apesar do abrandamento observado no ritmo de crescimento económico.

Assim, a conjuntura continua a caracterizar-se por uma relação «muito positiva entre o crescimento económico e a criação de emprego», conforme atesta a Síntese Económica Mensal de Abril de 1999 elaborada pelo INE.

Esta situação resulta do facto dos sectores dos serviços e da construção de habitações estarem a ter uma evolução muito intensa e a fornecer uma contribuição decisiva para o crescimento económico global.

Com efeito, o indicador da actividade económica registou uma subida homóloga ligeiramente inferior a 3 por cento no primeiro trimestre, mas o inquérito ao emprego revela que no sector dos serviços este terá então crescido 4,5 por cento, enquanto o emprego na construção subiu 8,4 por cento.



Inversamente, evidencia-se uma conjuntura muito desfavorável na indústria transformadora, traduzida em quebras na produção, nos negócios, nas exportações e no emprego.

Por seu turno, o ritmo de crescimento económico tenderá a estabilizar durante os próximos meses, atendendo às expectativas dos empresários portugueses, fornecidas pelo indicador de clima económico, diz o INE.

Estas perspectivas surgem num momento em que a generalidade das economias asiáticas, excluindo o Japão, manifestam sinais de retoma e em que os inquéritos de opinião realizados junto dos empresários da União Europeia (UE) assinalam uma viragem na tendência descendente dos últimos meses.

O crescimento económico da UE continuou a abrandar no primeiro trimestre deste ano e a actividade da sua indústria transformadora terá estagnado neste período.

O crescimento da União deverá ser, no conjunto deste ano, ligeiramente inferior a 2 por cento, segundo as previsões mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização para a Co-Operação e Desenvolvimento

Económicos (OCDE).

O INE assinala igualmente que a procura interna portuguesa se manteve bastante dinâmica até final de Abril, sobretudo no que se refere à despesas das famílias, uma vez que o ritmo de crescimento do investimento das empresas e do Estado se apresentou bastante fraco desde o início do ano.

Quanto à despesa em bens duradouros e à compra de habitações continuam a evoluir intensamente, confirmando o nível positivo da confiança dos consumidores em Portugal.

Sobre as exportações, o Instituto Nacional de Estatística realça que evoluíram negativamente durante os primeiros meses do ano, sobretudo nos mercados extra-comunitários. Porém, os industriais mostram-se um pouco mais confiantes face ao comportamento das exportações durante o segundo trimestre do ano.

O INE refere ainda que o dinamismo da procura interna não tem gerado tensões inflacionistas significativas.

PORTO 2001

Orçamento europeu

## VIABILIZADO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO PROGRAMA

**O**s ministros da Cultura e Audiovisual da União Europeia (UE) aprovaram, no dia 19, em Weimar (Alemanha), o orçamento para o programa-quadro «Cultura 2000», viabilizando desta forma o cumprimento integral do programa de iniciativas previstas para o Porto, em 2001, quando a cidade Invicta será a capital europeia da cultura.

«Se tivesse havido demoras na aprovação do programa seria mais difícil garantir para o Porto 2001 a parte do financiamento que compete à União Europeia», disse, em terras germânicas, a secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto. Quebrada a resistência da Holanda, que queria reduzir as verbas para as iniciativas culturais da UE, os ministros aprovaram um orçamento de 167 milhões de euros (cerca de 33,5 milhões de contos) para o período de 2000 a 2004.

A proposta terá ainda de ser sancionada no Conselho da Cultura e Audiovisual da UE, a realizar no próximo dia 28 de Junho no Luxemburgo, antes de subir ao Parlamento Europeu em segunda leitura. O programa-quadro «Cultura 2000» destina-se a reagrupar os vários programas



culturais que existiam anteriormente a nível da UE («Ariana», «Kaleidoscope» e «Rafael»).

Estes programas parcelares foram substituídos por um único programa com uma rubrica de grandes eventos europeus, em que se inserem as capitais europeias da

cultura.

As verbas que caberão a cada uma das alíneas não estão, contudo, completamente definidas, conforme frisou a secretária de Estado portuguesa.

A reunião informal dos ministros da Cultura e do Audiovisual, no quadro da presi-

dência alemã da UE, debateu ainda a questão da autoregulação no quadro da transição da televisão e da rádio para o sistema digital.

Em causa esteve a questão de saber se deve haver apenas uma autoregulação feita pela própria Comunicação Social ou também um controlo feito por entidades independentes, como a Alta Autoridade para a Comunicação Social de Portugal, de que existem congéneres na generalidade dos países europeus.

Os ministros reservaram as decisões para o Conselho do Luxemburgo, mas a tendência é para manter entidades reguladoras independentes, paralelamente à autoregulação a efectuar pelos próprios meios de Comunicação Social.

«No Conselho Formal do Luxemburgo haverá conclusões e o texto abordará a questão da convergência entre as telecomunicações, as tecnologias de informação e a televisão e ainda a questão da autoregulação. Além disso, sublinhará a importância do serviço público de televisão no quadro da televisão digital», disse o secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, também presente em Weimar.

AVEIRO

Património

## MINISTRO DA CULTURA ANUNCIA UM MILHÃO DE CONTOS

**M**anuel Maria Carrilho anunciou no dia 8, em Aveiro, que o Ministério da Cultura vai reservar um milhão de contos para a recuperação do património Arte Nova aveirense, no período de 2000 e 2006. Para o efeito serão afectados recursos do próximo quadro comunitário de apoio. O anúncio foi feito por Manuel Maria Carrilho no encerramento do Encontro «Aveiro Cidade Arte Nova», tendo o ministro referido que é intenção do Governo envolver a Câmara Municipal e a Associação de Defesa do Património ADERAV, podendo o trabalho técnico passar pela criação de um gabinete do património ou pela activação do Gabinete Técnico Local (GTL).

«O Ministério da Cultura pode garantir, desde já, em colaboração com a Câmara e a Associação do Património, que entre 2000 e 2006 haverá um financiamento substancial para a valorização do património de Arte Nova aveirense e reservará nas verbas comunitárias a definir para este sector, um milhão de contos para este trabalho, nos próximos seis anos», referiu o mi-



nistro da Cultura.

Manuel Maria Carrilho justificou a informação dada aos participantes, dizendo que «não vale a pena assumir compromissos retóricos porque as apostas na recuperação do património têm de ser paralelas aos compromissos financeiros».

Elogiando «o trabalho notável que se tem feito aqui», na defesa do património e, em especial, do conjunto Arte Nova, o ministro referiu que a dinâmica cultural aveirense não tem passado despercebida ao Ministério que dirige, nomeadamente o esforço na recuperação do Teatro e do Museu, e o projecto do Arquivo Distrital.

«O investimento do Ministério da Cultura no distrito de Aveiro aumentou em 350 por cento, quando comparamos com a legislatura anterior», contabilizou Manuel Maria Carrilho, dando nota de que, em termos nacionais houve também um aumento de 50 por cento na área do património, em relação à legislatura anterior.

O ministro fez também menção aos insistentes apelos à intervenção na salvaguarda do património construído ao estilo Arte Nova na cidade, feitos pela direcção da ADERAV, assinalando que «muitos edifícios foram já classificados pelo Instituto do Património e outros estão em processo de classificação, ou em estudo».

Não deixou, no entanto, de lamentar que não tivesse sido aprovada pela Assembleia da República uma nova lei de bases do

património, que viria responder à falta de regulamentação da lei de 1985 e garantia uma maior articulação com outras entidades, nomeadamente as autarquias.

«Foi uma oportunidade que se perdeu de se caminhar para um código efectivo do património que o permita preservar sem visões estatizantes», afirmou, criticando a maneira do passado de pensar o património, que «mina qualquer recuperação» ao estabelecer a confusão com as obras públicas.

Em contraponto defendeu para o futuro «uma política unificada mas aberta à sociedade civil e contratualizante».

O presidente da Câmara, Alberto Souto de Miranda, sublinhou que «a cidade não se preserva só com o voluntarismo e a boa vontade de uns» e garantiu que a preservação do património «é um vector capital que esta Autarquia assume com gosto».

Alberto Souto de Miranda aproveitou a presença do ministro para chamar a atenção para a paragem das obras de recuperação do edifício da Capitania, uma reconstrução ao estilo Arte Nova, do início do século e com a assinatura de Silva Rocha.

## CRIAR CRÍTICA QUALIFICADA

O doutoramento deve ser «pata-mãr indispensável» para as carreiras de investigação ou de docência no ensino superior e as instituições que fazem investigação em Portugal devem colaborar entre si.

Foram estas as ideias basilares defendidas, no passado dia 19, em Santarém, pelos ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia, Marçal Grilo e Mariano Gago, respectivamente.

Os governantes inauguraram, na semana passada, juntamente com o secretário de Estado do Ensino Superior, as I Jornadas sobre Investigação no Ensino Superior Politécnico, que decorreram no Centro Nacional de Exposições, em Santarém.

Mariano Gago criticou as instituições que têm uma visão tão restrita da investigação que só permitem a participação daqueles que a elas estão ligados, vaticinando o seu desaparecimento num contexto em que é fundamental a convergência de todos, «qualquer que seja o seu lugar de origem».

Segundo o ministro, ainda existe em Portugal o espírito «de capela, de costas viradas, uma visão muito estreita, muito paroquial, que é preciso combater», mas a situação é agora «muito melhor que há dez ou mesmo há cinco anos», existindo já grupos e redes de investigação alargados.

Garantindo igualdade de tratamento para a investigação feita nos politécnicos ou em qualquer outra instituição, Mariano Gago elogiou a realização das jornadas como sintoma de que estes estabelecimentos do ensino superior - onde a investigação é ainda «diminuta» quando comparada com o todo nacional -, querem avançar neste domínio.

«Só há uma maneira de desenvolver (investigação): é formar e qualificar» disse, defendendo que o grau de doutoramento só deve ser conferido por instituições do

ensino superior que têm professores doutorados.

«Em todo o mundo o grau de doutoramento é o bilhete de entrada para a investigação», o que, segundo disse, está a ser já reconhecido em Portugal com o crescente envolvimento de doutorados em investigações, quer no sector público quer no privado.

Referindo o ritmo de «700 novos doutorados por ano», que elevará, no final deste ano, para cerca de oito mil o stock de doutorados no País - todos no mercado de trabalho -, Mariano Gago disse esperar que os Politécnicos saibam tornar-se atractivos para estes investigadores, combatendo a competição que representam as Universidades, os laboratórios do Estado, as empresas e mesmo as instituições estrangeiras que já reconhecem a qualidade da investigação nacional.

### Concorrência salutar...

O ministro da Ciência e da Tecnologia desafiou os Politécnicos a terem a «coragem de afirmar um modelo novo para os próximos anos», em que a investigação seja componente importante da própria carreira dos docentes, advogando «a convergência, no futuro, da carreira docente do Ensino Superior Politécnico com a carreira docente universitária».

Na opinião do governante, «é fundamental o contributo dos Institutos Politécnicos, muitas vezes pólos dinamizadores das regiões onde estão implantados, para o desenvolvimento da investigação em Portugal, em particular pela participação livre dos seus docentes em núcleos próprios ou distintos dos próprios institutos».

«A investigação faz-se em instituições de investigação», sendo «absolutamente irrelevante saber de onde vêm os investigadores. É a constituição das equipas e o resultado do seu trabalho que conta», frisou, recordando que existem áreas de

investigação «completamente a descobrir» e onde são precisas respostas, como a da Saúde.

Por seu turno, o ministro da Educação, Marçal Grilo, recordou, que os doutoramentos são ainda um «fenómeno recente» em Portugal, sublinhando que, nas últimas duas décadas, foi possível criar uma «massa crítica» no País, que tem vindo a desenvolver «um trabalho notável».

O ministro da Educação lamentou que muitos portugueses não conheçam ainda o que são os Institutos Politécnico nem a sua «enorme relevância», mas reforçou o sentido da intervenção de Mariano Gago, afirmando que a investigação científica obedece a «critérios e a regras de avaliação» internacionais.

«Ou (a investigação) tem níveis e padrões europeus e internacionais e tem o nível suficiente para ser publicada nas grandes revistas ou então, necessariamente, não é disso que estamos a tratar», advertiu. Marçal Grilo defendeu nesta área «uma grande articulação de políticas» entre o seu ministério e o da Ciência e Tecnologia, destacando como ponto essencial a formação avançada dos professores, nomeadamente o investimento nos doutoramentos «com o objectivo de se criarem massas críticas capazes ao nível das instituições».

### O princípio da complementaridade

O ministro defendeu ainda o incentivo à criação de redes nacionais integradas em redes internacionais, manifestando a sua convicção de que o Ensino Superior Politécnico só se afirmará e só consolidará a sua identidade se for capaz de se articular com as instituições universitárias.

No entender do titular da pasta da Educação, tem de haver uma

complementaridade entre as diversas instituições que se dedicam à investigação, pois o País «é demasiado pequeno para dispersar excessivamente os seus recursos financeiros e humanos».

Para Marçal Grilo, as jornadas realizadas em Santarém constituem «um momento forte de afirmação do ensino politécnico e de reflexão quanto ao futuro da investigação».

O presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Luís Soares, disse que os referidos estabelecimentos de ensino debatem-se com problemas muito específicos, mas declarou-se confiante de que se está a caminhar no sentido dos padrões internacionais.

Segundo disse, nos últimos anos a investigação cresceu nos Politécnicos em 400 por cento, o que revela um crescimento muito rápido do trabalho de investigação em que estão envolvidos docentes destes estabelecimentos de ensino.

Nas jornadas de Santarém foram apresentados cerca de 200 posters.

Lamentando o grande desconhecimento que existe em relação ao ensino ministrado pelos Politécnicos, Luís Soares afirmou que estes estabelecimentos de ensino superior têm registado um crescimento de 13 por cento ao ano e que 85 por cento das pessoas que aí se formam têm emprego directo.

Luís Soares afirmou que, além do grande crescimento - 40 por cento dos alunos que frequentam o ensino superior estudam nos Politécnicos -, houve também uma afirmação «muito rápida» destas escolas, passando os valores médios de procura de dois para um lugar de cinco para um lugar.

Em Portugal existem 16 Institutos Superiores Politécnicos e várias escolas superiores dependentes de outros ministérios, nomeadamente das áreas da Saúde e da Hotelaria e Turismo.

## GOVERNO APROVA INVESTIMENTOS SUPERIORES A UM MILHÃO DE CONTOS

A secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria José Constâncio, homologou mais de 30 candidaturas aprovadas no âmbito do PRODOURO, num valor global superior a um milhão de contos (cinco milhões de euros).

A recuperação do centro histórico de Murça é o projecto que recebe a dotação financeira mais elevada (120 mil contos). Alguns dos empreendimentos agora homologados já se encontram em fase de finalização.

Entre as candidaturas homologadas por Maria José Constâncio, duas referem-se a obras destinadas a homenagear o escri-

tor Aquilino Ribeiro, sendo uma em Moimenta da Beira, onde será recuperada uma praça, e outra em Sernancelhe, referente à valorização de um edifício.

As duas localidades estão ligadas ao nascimento e à infância do escritor.

O centro histórico de Mirandela, a região de Vila Real e o centro cívico da Régua foram também contemplados com verbas para a promoção de iniciativas que visam a animação e dinamização local, através do comércio.

A Associação de Desenvolvimento Beira Douro viu aprovado um projecto para a sinalização de percursos de rio e de montanha, enquanto o Complexo Desportivo de

Lamego garantiu o financiamento para o plano estratégico de desenvolvimento turístico-desportivo do rio Douro.

Este plano visa a animação do rio através de actividades náuticas (remo, canoagem e vela) que possibilitem a ocupação de tempos livres dos jovens, além de facilitar a sua iniciação desportiva.

Foram também homologados projectos de recuperação urbanística em Baião, Cinfães, Penedono, Vila Flor e Alfândega da Fé, além de uma candidatura da Câmara de Mirandela para o arranjo das margens da Ribeira de Carvalhais.

A decisão de Maria José Constâncio abrangeu também a instalação de nove miradou-

ros na região do Douro, envolvendo um investimento de 40 mil contos.

### Nove novos miradouros

Os novos miradouros situam-se em Carraceda de Ansiães (Rota do Douro e Penedo da Bela Vista), Resende (Penedo de S. João), Meda (Santa Bárbara), Moimenta da Beira (S. Torcato), Vila Flor (Sra. da Lapa) e Vila Nova de Foz Côa (Sra. do Viso, S. Gabriel e Santa Bárbara).

Este conjunto integra-se no projecto de criação de uma rede de miradouros na região do Douro, uma iniciativa que conta com a colaboração do arquitecto Siza Vieira.



## Albufeira

### Novo reservatório

O município de Albufeira vai abrir concurso para execução da empreitada de construção do reservatório do Pinhal e condutas de interligação aos reservatórios de Brejos e Roja-Pé.



### Rotundas renovadas

A Câmara de Albufeira deliberou adjudicar a empreitada de remodelação de quatro rotundas, em Albufeira, no valor de cerca de 80 mil contos.

## Cascais

### Reclusos desempenham funções na autarquia

A Câmara de Cascais vai entregar à Associação de Fraternidade Cristã «O Companheiro» um apoio no valor de quatro mil contos para possibilitar a colocação de reclusos ao serviço desta autarquia, numa contribuição para a sua reinserção social e profissional.



## Faro

### Obras na Baixa

Inserido no âmbito do projecto camarário de animação nos Jardins do Palácio de Cristal, decorreu no passado dia 23, à noite, o concerto «Sons Celestes», dirigido pelo maestro Chetan Aseem.

## Felgueiras

### «O Príncipezinho» visto por três mil crianças

A peça «O Príncipezinho», baseada no livro com o mesmo nome da autoria de

Antoine de Saint-Exupéry», vai ser vista até amanhã, no Teatro Fonseca Moreira, por cerca de três mil crianças de 34 escolas do ensino básico do concelho de Felgueiras.



O trabalho, que tem sido levado à cena desde o dia 24 e até amanhã pelo Novo Teatro Construção, tem encenação de Isabel Alves e insere-se na área do teatro para a infância, com todo o simbolismo que a história clássica representa.

## Lisboa

### Maratona Fotográfica

Pelo oitavo ano consecutivo, realizou-se nos dias 21 e 22, com início no Largo Camões, a Maratona Fotográfica de Lisboa.



A iniciativa, organizada pela Câmara Municipal de Lisboa, é uma prova de 24 horas ininterruptas, onde os concorrentes têm de realizar 24 fotos sobre 24 temas que a organização indica.

A 8ª edição da Maratona Fotográfica de Lisboa contou com a participação de 997 concorrentes que ao longo de 24 horas visitaram vários locais da capital. A Maratona Fotográfica de Lisboa constitui uma das maiores iniciativas realizadas em Portugal em torno da fotografia, abrangendo uma grande diversidade de participantes, tanto ao nível de idades, como em termos de profissão.

## Santo Tirso

### Câmara realoja comunidade cigana

O presidente da Câmara de Santo Tirso, o socialista Joaquim Couto, lançou no dia 7 a primeira pedra do Complexo

Habitacional de Argemil, destinado ao realojamento de 33 famílias de etnia cigana que vivem actualmente na Quinta de Geão.



O empreendimento, que será composto por habitações de um piso adaptadas aos costumes da comunidade cigana, vai custar cerca de 340 mil contos e deve estar concluído no início do próximo ano.

### Projecto-piloto

«Trata-se de um projecto-piloto que a Câmara de Santo Tirso está a desenvolver e que visa atender às necessidades específicas da comunidade cigana», disse o presidente da autarquia.

De acordo com Joaquim Couto, as casas do Complexo de Argemil terão cozinhas amplas, quartos adaptados às numerosas famílias ciganas e acessos facilitados para os veículos que normalmente são utilizados pelos feirantes.

A comunidade cigana que será transferida para o novo complexo habitacional tem vindo a ser acompanhada por técnicos dos serviços sociais da autarquia, para facilitar a adaptação às novas condições de vida.

No total, serão transferidas para o local 115 pessoas de 33 famílias, distribuídas por três núcleos habitacionais com habitações próprias para famílias de uma a quatro pessoas, de quatro a seis pessoas e com mais de sete pessoas, respectivamente. A construção do Complexo Habitacional de Argemil resulta de protocolos assinados pela Câmara de Santo Tirso com o Instituto Nacional de Habitação, o Comissariado Regional do Norte de Luta Contra a Pobreza e a empresa ECOP responsável pela construção do empreendimento.

No âmbito do Programa Municipal de Realojamento, a autarquia tem prevista a construção de mais 432 habitações destinadas a arrendamento social, tendo em vista o realojamento de famílias carenciadas do concelho.

## Sintra

### Recuperação do Teatro Carlos Manuel

A presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, anunciou que o custo total da recuperação do Teatro Carlos Manuel, em Sintra, é de dois milhões de contos e a obra deverá estar concluída em 2001.

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e o secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, visitaram recentemente as obras de recuperação do teatro, e foi depois assinado o protocolo de cooperação entre os dois ministérios e a Câmara de Sintra.

De acordo com este protocolo, que visa a recuperação, remodelação e equipamento para o funcionamento do Teatro Carlos Manuel, o Governo vai investir 250 mil contos, no âmbito do programa da «Rede Municipal de Espaços Culturais» que conta com a colaboração da Tabaqueira.

Manuel Maria Carrilho considera que «este tipo de infra-estruturas é essencial para o equilíbrio e bem estar da população», principalmente em concelhos onde há um grande desenvolvimento urbano, como é o caso de Sintra.

Durante a cerimónia foram ainda assinados mais dois protocolos.



Um entre o Ministério da Cultura e a autarquia para o financiamento do Festival de Música de Sintra, as Noites de Bailado, com um investimento de 39 mil contos a repartir por um período de três anos. O outro protocolo foi assinado entre a Câmara de Sintra e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPPAR) para a abertura de um concurso público que visa a concepção da iluminação do Palácio da Pena.

### Revitalização do centro histórico

Edite Estrela acrescentou que «todos estes projectos se inserem numa estratégia global de revitalização e recuperação do centro histórico da vila num valor total de 10 milhões de contos».

Quanto ao Teatro Carlos Manuel, a autarquia salientou que «se trata do preenchimento de uma lacuna que existia no concelho e quando as obras estiverem prontas haverá as condições ideais não só para a realização de espectáculos como também de seminários e conferências, quer nacionais quer internacionais».

No final das obras, a sala de teatro e conferências terá uma capacidade de cerca de mil lugares e a sala de cinema apresentará uma lotação máxima de 302 lugares.

## GUTERRES EM FORÇA NOS ÚLTIMOS CINCO DIAS DE CAMPANHA

**O** camarada António Guterres vai participar em comícios do PS nos últimos cinco dias de campanha para as eleições europeias, aparecendo em dois deles ao lado do camarada Mário Soares - Coimbra (6 de Junho) e Lisboa (10 de Junho).

Em conferência de Imprensa, o dirigente socialista António Galamba apresentou no dia 19 o plano de campanha do seu partido para as eleições europeias.

Um dos momentos altos desta campanha teve, entretanto, um dos seus momentos altos na noite de 25 para 26 de Maio com o arranque de uma caravana nacional de Vila Moura em direcção ao Baixo Alentejo.

Esta caravana nacional vai prolongar-se até ao dia 10 de Junho, percorrerá todos os distritos do País e será coordenada pelo ex-secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, António José Seguro, contando, ainda, diariamente, com a participação de camaradas simultaneamente do Governo e da direcção do PS, casos, entre outros, de Jorge Coelho e de Ferro Rodrigues.

Quanto à campanha do cabeça de lista Mário Soares, o camarada António Galamba confirmou que será parcialmente autónoma daquela que vai ser desenvolvida pela estrutura partidária, mas admitiu a possibilidade de o ex-Presidente da República e de o primeiro-ministro estarem juntos em mais do que os três comícios já previstos (Porto, 29 de Maio, Coimbra, 6 de Junho, e Lisboa, 10 de Junho).

### Adversário é a abstenção

Justificando um dos factores que levam o PS a desenvolver campanhas em separado para o cabeça de lista e para os restantes candidatos a eurodeputados, Galamba defendeu que essa simultaneidade de iniciativas poderá ter efeitos úteis em termos de combate à abstenção, fenómeno eleito pelos socialistas como «o grande adversário» para as eleições de 13 de Junho.

Em termos de organização de campanha, o PS vai desenvolver as suas acções com



### Comícios de campanha

#### 27 de Maio, Portalegre

21 horas - Comício no Cine-Teatro Crisfal Com os camaradas António José Seguro e Fausto Correia

#### 28 de Maio, Évora

21 e 30 - Comício no Palácio D. Manuel Com António José Seguro e João Cravinho

#### 29 de Maio, Porto

18 horas - Concentração na Praça da Liberdade  
19 horas - Comício-Festa no Coliseu do Porto  
Com os camaradas António José Seguro e Mário Soares

#### 30 de Maio, Setúbal

19 e 30 - Costa de Caparica - Parque de Santo António

Intervenções dos camaradas Alberto Antunes, Joel Hasse Ferreira, António José Seguro e António Guterres

#### 31 de Maio, Santarém

21 horas - Festa-Comício - Pavilhão de Feiras e Mercados de Ourém  
Com os camaradas António José Seguro e António Guterres

#### 1 de Junho, Castelo Branco

21 e 30 - Comício no pavilhão do NERCAB  
Com os camaradas António José Seguro, António Guterres e Mário Soares

#### 2 de Junho, Leiria

21 e 30 - Comício no Cine-Teatro de Alcobaça  
Com os camaradas António José Seguro e Ferro Rodrigues

base em seis grupos distintos: um primeiro liderado por Mário Soares, um segundo chefiado por António José Seguro, havendo depois campanhas a partir do Norte, Centro, Sul e regiões autónomas.

Quanto ao calendário e tipo de acções a realizar, o membro da Comissão Permanente do PS revelou ainda estar em dúvida a iniciativa de arranque da campanha, a 29 de Maio.

Nos planos iniciais, constava uma viagem de comboio do camarada Mário Soares, com início na estação de Santo Apolónia, em Lisboa, tendo como pontos de passagem as cidades de Santarém, Coimbra, Aveiro, para terminar no Porto.

No entanto, segundo adiantou o camarada António Galamba, devido à série de greves na CP esta acção ainda se encontra em dúvida.

Caso a sua concretização não seja possível, a caravana seguirá por estrada em direcção ao Porto, onde se realizará (no Coliseu) o primeiro comício de campanha. No que respeita aos materiais de campanha, o PS centrará os seus «outdoors» e imagem na figura de Mário Soares, enquanto as frases de campanha estarão relacionadas com o triunfo de Portugal nas negociações da Agenda 2000.

Segundo António Galamba, serão distribuídos aos cidadãos aventais, isqueiros, sacos de plástico, autocolantes, estando também prevista a edição de uma grande quantidade de exemplares do manifesto do PS para as eleições europeias. Este documento terá uma parte comum a todos os partidos socialistas europeus e outra a explicar quais os projectos dos candidatos a eurodeputados.

### «Site» na Internet

Mas o PS vai também apostar nas novas tecnologias, tendo já criado um «site» na Internet ([www.pseuropeias99.pt](http://www.pseuropeias99.pt)).

Este «site», ao longo da campanha, será progressivamente aprofundado em termos de informação, de forma a possibilitar o envio de e-mails por parte dos eleitores aos candidatos, bem como a possibilidade de estabelecer uma conversação directa com cada um deles através de um «chat» próprio.

### MADEIRA

#### Comunicado de Mota Torres

Numa nota à Imprensa, o líder do PS/Madeira, Mota Torres, reagiu aos comentários mais recentes do presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim.

Assim, Mota Torres considera que a afirmação de que o PS/Madeira é um «partido rasca» carece de confirmação, sobretudo «quando se sabe que nem o seu presidente nem os seus militantes se exibiram, por exemplo, de cuecas perante a Região e o País».

«Quem é rasca, quem é?», pergunta Mota Torres.

«O presidente do Governo Regional poderá ter a certeza de que, enquanto tiver a confiança democrática dos socialistas da Madeira e do Porto Santo, manter-me-ei no meu posto, por muito que isso lhe custe e pelos vistos, custa e não é pouco», refere ainda a nota de Imprensa.

### Depoimentos

#### Livro sobre José de Magalhães Godinho

Com vista à elaboração de um livro sobre o camarada José de Magalhães Godinho, fundador do PS e resistente antifascista, o camarada João Luís Barros da Costa, militante da Secção de Queluz, apela a todos os militantes e simpatizantes no sentido de lhe enviarem um depoimento sobre o saudoso camarada José de Magalhães Godinho.

Os depoimentos podem ser enviados para João Luís Barros da Costa, Rua D. Maria I, nº 14 - 2º dto. 2745 Queluz. Telef. (01) 435 22 10.





## DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COMPETITIVIDADE E CIDADANIA\*

**E**ste seminário é uma iniciativa do Instituto para a Inovação na Formação. Quería, pois, em primeiro lugar, felicitar a equipa que o concebeu e organizou, porque vos proporcionou, seguramente, uma oportunidade de reflexão de nível internacional sobre problemas centrais para a definição do modelo de futuro que, colectivamente, gostaríamos que viesse a ser o nosso.

O INOFOR tem, entre as suas missões, a de constituir um impulso na análise, em Portugal, dos fenómenos da qualificação profissional e é positivo que, neste seu primeiro grande acontecimento internacional, escolha um tema tão abrangente, que reúne a competição e a coesão.

Com efeito, a metáfora que organiza a actividade económica, a nível mundial, mas também, excessivas vezes, as relações sociais, é a da competição. Será normal que, no título escolhido o radical competir surja duas vezes, em competência e em competitividade. Mas será também relevante que nos interroguemos sobre o sentido da competição.

Não me encontro entre os que julgam que a competição pode, por si, fazer-nos chegar a um ponto de equilíbrio que garanta a eficácia na alocação dos recursos e a equidade no tratamento das pessoas. Mas, parece hoje demonstrado que, com todos os seus defeitos, o modelo da competição é, dos que conhecemos e experimentámos, o que proporciona mais riqueza global, maior aproveitamento de recursos, mais inovação, maior crescimento económico.

Ao contrário do que julgavam alguns profetas revolucionários do fim do século passado – com larga reputação, entre os progressistas deste século – a desenfreada competição na economia não provocou a autodestruição do modelo que a gerou. Alguns acharão que é só porque ainda não chegou o tempo de tal acontecer. Mas, a mim, parece-me que as críticas teóricas e os contributos alternativos que o século XX trouxe, nos permitiu perceber que há vantagens e limites na alocação de recursos em função da competição, mas que nesta base se constituem sociedades viáveis.

Constituir-se-á, também, um mundo viável? Provavelmente, não. Sem limites à competição, destruiremos os recursos naturais antes de lhes darmos tempo para se repor. Sem limites à competição, deixaremos desaparecer os mais fracos, progressivamente mais longe dos benefícios que geramos. Sem limites à competição, dariamos razão, mais século menos século, às profecias do século passado.

Talvez devêssemos conseguir ainda inventar uma sociedade organizada com base numa metáfora alternativa à da competição. Mas, perante a sua inexistência actual, ao mesmo tempo que adiro à sua necessidade, julgo que é na gestão dos limites à competição e não na negação da sua importância que reside, provavelmente, a chave para a sustentabilidade do nosso futuro colectivo. Quanta competição e quanta cooperação fariam a sociedade justa? Quem tiver a

resposta que a dê.

É minha convicção que o mundo está hoje desequilibrado no sentido da competição, ao nível global e também, em muitas partes, dentro de cada sociedade. Mas uma acção política determinada em defesa de maior cooperação pressupõe a capacidade competitiva para que a autoridade moral de um discurso resulte de uma posição de base sólida. E esse é um dos grandes desafios para Portugal.

Atavicamente, ao longo do século XX, Portugal foi um dos países que, em bases erradas, competiu num mundo progressivamente mais globalizado. Os prejuízos para o país da visão conservadora, paroquial, retrógrada, com que o salazarismo nos governou durante meio século, sentem-se ainda. Estão mais presentes nos nossos indicadores económicos e sociais do que julgamos. Esse meio século afastou-nos da Europa desenvolvida à qual devíamos pertencer normalmente.

O nosso caminho colectivo tem que ser o de procurar atingir o objectivo que neste século não conseguimos. Tal só se fará melhorando a nossa base económica e a nossa competitividade internacional. Transformando a nossa base produtiva. Incorporando novas actividades. Modernizando nas existentes. Internacionalizando-nos. Aumentando o valor do que produzimos. *Ser mais competitivo é, pois, um designio nacional* e os 25 anos de democracia demonstram que estamos no bom caminho. Embora também seja verdade que ainda temos um PIB *per capita* de 70 por cento da UE dos 15. Também seja verdade que somos o menos terciarizado e o mais agrícola dos quinze países da União.

A nossa visão de futuro tem, no entanto, que associar competitividade externa com cooperação interna. Não acredito que haja condições sociais de consenso necessárias para o grande salto económico que o país está em vias de dar se tal se fizer à custa de uma parte massiva da população portuguesa.

São conhecidas as receitas para o progresso económico e a competitividade. A neoliberal defende que é necessário desequilibrar hoje para distribuir amanhã. O que aplicado, hoje, a Portugal, quereria dizer mais ou menos isto. Importa reestruturar hoje. Criar um segmento de actividade económica moderno para uma minoria da população. Tornar o país mais competitivo e fazer de uma parte da população, uma população mais pobre. Esta foi a receita norte-americana de Reagan e inglesa de Thatcher.

Mas se não formos mais competitivos, também nos espera a condição de país estruturalmente assistido, numa Europa onde é cada vez mais evidente que há outros, porventura simbolicamente mais próximos do centro, com quem teremos que partilhar ou a quem teremos que ceder a assistência que hoje recebemos.

Como seremos mais competitivos? Acreditamos na receita da economia de mercado. Nas vantagens de integrarmos o espa-

ço do euro. Na capacidade empresarial dos portugueses e de quem investe em Portugal. Na possibilidade de maximizarmos o que nos diferencia positivamente.

Mas tal não basta para nos proteger de um simples visão neoliberal da competitividade de um país. E é aqui que justamente entra o desenvolvimento de competências. As competências que dão capacidade para competir. Mas as competências que são também a riqueza do saber incorporado nas pessoas, em qualquer dimensão desse saber. Neste domínio estamos numa situação complexa.

Porque somos ainda o país que herdámos e que é visível na vida de muitos concidadãos nossos. O país em que 76 por cento da população activa não teve acesso a mais que 9 anos de escolaridade. O país em que muitos concidadãos trabalharam toda a sua vida por salários miseráveis e sem uma protecção social adequada, que se reflecte no nível de protecção social de que pode beneficiar na velhice.

As competências são um requisito da cidadania nas sociedades modernas. Quando me angustiam os números sobre a população portuguesa, sobretudo aquela que foi educada antes dos benefícios da adesão à União Europeia, não é apenas o obstáculo à modernização económica que me aflige, é a amputação da sua condição de cidadãos que mais me sensibiliza.

Até porque Portugal tem uma saída para ser um país mais competitivo pela via da exploração de uma fractura geracional significativa. O país pode ainda não ter dado por ela. Mas os nossos jovens, a geração que nasceu depois de 1975, começa a ter níveis educativos, níveis de qualificação profissional e, consequentemente, aspirações sociais típicas de uma sociedade europeia desenvolvida. Podemos concentrar a nossa competitividade no destino profissional desse segmento e remeter para uma segunda linha de preocupações todos os outros.

Não creio que fosse um caminho justo, mesmo que fosse possível. Também por isso o desenvolvimento de competências que me preocupa não é apenas o dos segmentos modernos, mas o da melhoria das competências básicas do conjunto da população. Também por isso acho que há uma grande batalha colectiva por um Portugal mais competente, no sentido de um país de pessoas mais educadas, mais informadas, mais capacitadas cívica e profissionalmente.

Tal só acontecerá se a causa do desenvolvimento das competências for uma causa nacional. Se entendermos que é uma questão de cidadania ou, se quiserem, mesmo, de democracia – que é o regime em que a cidadania se realiza.

Este governo tem um compromisso inequívoco com a coesão social e não vou aqui repetir as medidas através das quais esse compromisso tem vindo a ganhar forma. Tenho, aliás, o privilégio e é assim que o sinto, de ter podido dedicar os últimos três anos e meio da minha vida a dar o melhor

de mim pela realização desse compromisso.

Mas o compromisso com a coesão não se limita à simples luta contra as formas extremas de pobreza. Temos que ser cada dia mais ambiciosos, neste domínio. Essa ambição implica a capacidade de montar em Portugal, nos próximos anos, um sistema de educação e formação ao longo da vida que, na linha do que já em meados dos anos 60 defendia o então jovem ministro da Educação sueco Olof Palme, rompa progressivamente com a ideia de que há a idade de aprender, a idade de fazer e a idade do lazer ou de adoececer.

Implica que não nos auto-contentemos com o sucesso que as famílias portuguesas tiveram, melhorando dramaticamente, nos últimos vinte anos, os níveis educativos dos seus filhos. Implica que, os mais jovens, comecem a pagar a dívida para com a geração anterior, vítima de um atraso que o país podia não ter tido.

É por aqui que eu ligo a necessidade de desenvolver competências com a melhoria radical das condições de cidadania do país. Do ponto de vista do Estado tal implica uma actuação que visa combater a exclusão social já produzida, impedir que o desemprego evolua para desemprego de longa duração e criar condições para a minoração dos riscos sociais de desemprego e de exploração no trabalho. Essa é a linha condutora da nossa política social e da nossa política de emprego. Trabalhando em conjunto com a comunidade contra a marginalização social dos excluídos. Activando as instituições públicas para aumentar a empregabilidade dos desempregados. Colaborando com os parceiros sociais, as empresas e os trabalhadores para que o trabalho esteja ligado a processos de melhoria das competências.

Mas também promovendo uma outra ligação entre o económico e o social. Com um Estado que garante direitos, estimular uma sociedade civil que gere novas oportunidades no associativismo, na economia social, na satisfação de necessidades que o mercado não pode ou não quer satisfazer. Trabalhando para um serviço público de qualidade para os cidadãos.

Mas esta é efectivamente uma batalha de cidadania. Não será obra de um governo, mas de uma sociedade.

Eu acredito que o país que fez a Expo e gerou o arquitecto do edifício em que estamos reunidos é constituído por pessoas capazes de afirmar este objectivo radical. É por esta via que a cidadania e a competitividade se encontram e produzem uma economia moderna e uma sociedade coesa, constituída por cidadãos mais cidadãos, mais competentes, por isso mais participativos.

Os temas que aqui discutiram são, afinal, os que nos poderão levar a uma sociedade radicalmente mais moderna e mais democrática.

\* Intervenção na sessão de Encerramento do Seminário do INOFOR com o mesmo título. 21 de Maio, Pavilhão de Portugal, Parque das Nações.

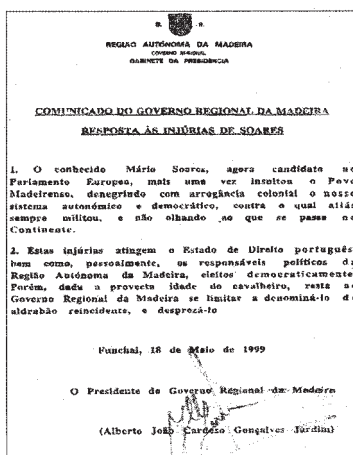
MADEIRA

Mário Soares

## O DEFICIT DEMOCRÁTICO E A REACÇÃO INJURIOSA



**P**assei apenas breves seis horas na Madeira em pré-campanha para as eleições europeias, e tanto bastou para sustentar um comunicado injurioso, subscrito pelo próprio punho do presidente do Governo Regional. Que se passou? Alguns amigos e apoiantes ofereceram-me um almoço, num restaurante público, que foi perturbado pelos insultos de um energúmeno de serviço. Restabelecida a calma, dei um passeio pelo centro da cidade, onde fui saudado, espontânea e calorosamente, por madeirenses e estrangeiros, sempre acompanhado pelos representantes dos órgãos de comunicação local, um deles, insistentemente – por provocação ou por angústia genuína – perguntou-me se achava ainda «haver deficit democrático na Madeira». Respondi-lhe, calmamente, salientando que não estava a fazer uma pergunta mas antes uma «provocação». Acrescentei: «Você como jornalista, na Madeira, terá mais elementos do que eu para responder.» Insistiu: «Quero conhecer a sua resposta.» Havia a intenção de provocar um incidente, que se procurava, ou o propósito encomendado de obter um oportuno branqueamento, conveniente em momento eleitoral? Não cheguei a entender. Perante o meu silêncio, o mesmo jornalista insistiu junto à esplanada de um café, em que me encontrava, rodeado de amigos e curiosos: «Há ou não deficit democrático na Madeira?» Respondi: «Realizaram-se eleições que não foram contestadas, cumpre-se o formalismo democrático dos órgãos



regionais instituídos, mas há demasiado Estado autonómico omnipresente e pouca sociedade civil actuante. Daí que os madeirenses fiquem facilmente dependentes do poder, das suas benesses e irritações, sendo fácil exercer sobre eles pressões directas ou indirectas.» Insistiu: «Quem é o responsável? O Dr. Alberto João Jardim?» Não respondi e passei adiante. Segui depois para uma sala onde realizei

uma conferência pública sobre a «Europa e a Madeira, como região ultraperiférica», tendo explicado a importância das eleições europeias, as novas competências do Parlamento Europeu e as virtualidades resultantes do art. 299º, nº 2, do Tratado de Amesterdão, concretamente, para a Madeira. Houve perguntas e respostas e tudo se passou sem o menor incidente. Ao partir para o aeroporto, de regresso a

Lisboa, fui de novo abordado pela comunicação social, que me mostrou um comunicado subscrito pessoalmente pelo presidente do Governo Regional da Madeira (que me permito reproduzir em *facsimile*). Queria obter de mim um comentário sobre o referido comunicado. Abstive-me de fazer qualquer comentário, apesar da insistência do mesmo jornalista que me acompanhou, persistentemente, até ao aeroporto. Em mais de 50 anos de vida política, bem repleta e às vezes agitada, terei de recuar aos omissos tempos da ditadura para me lembrar de uma agressão verbal, de que tenha sido vítima, tão soez. E, mesmo assim, foram agressões anónimas ou subscritas por inimputáveis, a coberto da PIDE. Nunca, como agora, feitas por um presidente do governo em exercício, para mais membro do Conselho de Estado, a que também pertença. Comentários para quê? A grosseria por mais irresponsável, tem limites e as palavras ficam com quem as profere. Os portugueses – e, portanto, obviamente, os madeirenses – têm sensibilidade moral e inteligência bastante para ajizarem por si.

**Nota:** A dra. Maria Calado e o dr. Vasco Vieira de Almeida, figuras públicas bem conhecidas, que gentilmente me acompanharam na deslocação aos Açores e à Madeira, podem testemunhar sobre os factos referidos. As reportagens inseridas no *Diário de Notícias* e no *Público* corroboram igualmente o que afirmo.

In «Diário de Notícias»

CONGRESSO PSD

Manuel Alegre

## UM APRENDIZ QUE FOI LEVADO AO COLO



**A** primeira sensação é a de que Durão Barroso, antes de ser eleito pelo Congresso, já tinha sido «nomeado». É uma diferença em relação a Cavaco. Este subiu a pulso, como gostava de dizer. Durão Barroso foi levado ao colo. Cavaco ganhou quando menos se esperava, contra a corrente, de certo modo contra tudo e contra todos. Foi uma vitória imprevista e inesperada. Durão Barroso não precisou de lutar. Apresentou-se. Antes de ser já era. A segunda sensação é a de que no PSD deixou de haver afectividade e memória. Há menos de dois meses, Marcelo obteve dois terços e Leonor Belezza foi entronizada. Agora, quase que nem deles se lembraram. A terceira sensação é a de desconforto, quando um comentador de televisão classifica de «pitoresco» um novo aforramento autoritário do presidente do congresso de um partido candidato ao poder. Algo está podre neste reino.

A quarta sensação é a de que o congresso do PSD foi mais um espectáculo mediático do que um debate de ideias, causas e projectos. Durão Barroso tinha prometido falar para o país e não para o partido. Mas há uma guerra na Europa, há a tragédia de Timor, houve a reunião da NATO em Washington, a que Freitas do Amaral chamou «conselho de guerra», com a revisão do conceito estratégico da Aliança, a marginalização da ONU e tudo o que tal implica para a Europa, onde a escalada da guerra pode virar do avesso a ordem existente, governos, oposições, os próprios regimes. Há estes e outros problemas sobre os quais se gostaria de saber a opinião do novo líder do PSD. Mas aos costumes ele disse nada. Tudo se resume ao seguinte: Guterres só dialoga e só reage; Durão Barroso promete decidir e agir. Eis quanto. Eu acho que é muito pouco. Talvez seja o preço da «melancolia democrática»: não há alternativa, há

só estilos diferentes, cara ou coroa. E o esfaçado discurso de outra «cultura política», sem nunca especificar qual. Finalmente, parece-me que, mais do que a tão apregoada renovação, houve sobretudo um ajuste de contas. Dias Loureiro teve a sensatez de alertar para o facto de o país ainda não ter descolado do Governo do PS. Talvez Durão Barroso tenha chegado antes do prazo. Foi a última partida que lhe pregou Marcelo Rebelo de Sousa. Seja como for, nunca se deve subestimar os adversários. O PS não compreendeu o significado da ascensão de Cavaco na Figueira. Pagou por isso um duro preço. Convém não repetir o erro, até porque, como lembrou Salgado Matos, não são tanto as oposições que ganham eleições, são sobretudo os governos que as perdem. Embora as circunstâncias sejam outras e Durão não seja Cavaco, por mais que tal se diga em primeiras páginas, é óbvio que se tem promovido uma

expectativa favorável à sua volta, sobretudo por parte de certos poderes fácticos e mediáticos. Uma nova dinâmica será sempre útil para a democracia, que precisa de competição e de estímulos. Mas o congresso do PSD já estava ganho de antemão. Mais difícil é ganhar o país. Eu creio que a hora ainda é do PS. E penso que Guterres, tal como se verá, é politicamente melhor do que Durão Barroso. Não só pelo estilo, mas pelas ideias, pela convicção, pela sensibilidade social, pela visão estratégica da posição de Portugal no mundo. Não veio do maísmo para o cavacismo. O diálogo, agora tão criticado, não é para ele uma figura de estilo, é um elemento estruturante de uma cultura de tolerância forjada nos combates do PS contra várias tentações autoritárias. Essa é a diferença. Quem tem de fazer as suas provas é Durão Barroso. É ele o aprendiz.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Crianças em Albufeira**

A semana infanto-juvenil, a decorrer entre 1 e 6 de Junho, vai recordar os «velhos tempos», com a reconstituição de uma aldeia do início do século.

A iniciativa, que começa no Dia da Criança, no Parque de Estacionamento frente à Câmara Municipal, tem como objectivo dar vida às antigas tradições, reconhecendo o papel do artesanato na sua preservação. Subordinada ao tema «Da Escola dos Nossos Avós à Escola que Queremos para Nós», a semana das crianças vai ter ateliers de pintura, recorte, colagem e olaria, um stand de reciclagem, um pavilhão de informática e uma discoteca.

No espaço ao ar livre vão estar ainda duas artesãs, para mostrar como se faz a empreita - arte tradicional algarvia - e a renda, enquanto na carpintaria as crianças vão poder construir os seus próprios brinquedos.

Paralelamente, vai decorrer um vasto programa de animação, que inclui espectáculos musicais, folclore, teatro e palhaços.

**Dança em Coimbra**

Os poemas de Alexandre O'Neill e a música de José Mário Branco, Carlos Bica e José Afonso inspiram um espectáculo de dança que a coreógrafa e bailarina Ana Leonor Barata apresenta, hoje, no Teatro Académico de Gil Vicente TAGV).

O espectáculo, levado à cena no subpalco do TAGV, centra-se nas memórias do Estado Novo, mas rejeita uma visão «propagandística ou meramente comemorativa» daquele período.

Este evento, com duração de 30 minutos, será apresentado na cidade hoje e no sábado, bem como nos dias 5, 6 e 7 de Junho.

**Coros em Faro**

O I Festival Internacional de Coros do Algarve, que hoje começa, prolongando-se até ao dia 30 de Maio em várias localidades da região, vai contar com a presença de cinco agrupamentos oriundos de outros tantos países da Europa.

Nesta iniciativa do Coral Ososnoba, de Faro, vão estar ainda presentes o Coral Santa Tereza, de Saragoza (Espanha), o Chelmer Youth Choir, do Reino Unido, o Kor Flensborgarskolin I Hafnardi, da Islândia, e o Landgraaf's Mannenkoor St Joseph, da Holanda.

Paderne, Tavira, Lagoa, Vila Real de Santo António, Loulé e Faro são as localidades que recebem o evento que vai ter como ponto alto um concerto de gala, na noite do dia 29, no auditório do Conservatório Regional de Música do Algarve.

**Cicloturismo em Fafe**

O Dia Nacional da Bicicleta reunirá, no dia 30, algumas centenas de cicloturistas, num

passeio a realizar em Fafe, cidade que recebe este acontecimento pela primeira vez. O evento é aberto à participação de todos os inscritos nas associações regionais de cicloturismo, desde que filiados na União Velocipédica Portuguesa/Federação Portuguesa de Ciclismo, entidade organizadora da iniciativa.

A concentração dos concorrentes regista-se às 9 e 30, na Praça Mártires do Fascismo, e a partida será dada 15 minutos depois, com os participantes a terem de cumprir uma distância de 52 quilómetros. Depois de percorrer várias freguesias do concelho, o «pelotão» de cicloturistas termina a prova por volta das 13 horas, junto à Escola Secundária de Fafe.

**Filmes infantis em Felgueiras**

Integrada no programa de animação da Biblioteca Municipal (BM) para este mês, está agendada a exibição de alguns filmes destinados aos mais jovens.

Assim, no pólo de Idães da BM, hoje, poderá ser apreciado o filme «A Princesa Cisne», a partir das 15 e 30.

**Iguarias em Guimarães**

A mostra de gastronomia regional começa no dia 2 de Junho, prolongando-se até ao dia 6 do mesmo mês, no Parque das Hortas, com o objectivo de divulgar as iguarias minhotas.

Trata-se da Feira Comer'99, onde também podem ser apreciados pelos visitantes, o vinho verde, a doçaria tradicional e o artesanato local.

O evento terá ainda animação nocturna diária, com jogos tradicionais e actuações de grupos musicais.

**Ritmos africanos em Lisboa**

Hoje e amanhã assista, no Auditório da Delegação Regional do IPJ de Lisboa, às 11 e 30 e/ou pelas 14 e 30, à peça «Para Além do Mar», uma dramatização produzida a partir da «Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil», onde são descritas as impressões dos navegadores portugueses comandados por Pedro Álvares Cabral à sua chegada ao Brasil.

O «grosso» da festa comemorativa do Dia da Comunidade Africana em Portugal foi reservado para o sábado, dia 29, no Parque das Nações, estando previstas várias das iniciativas culturais.

**Feira no Porto**

A I Feira de Agricultura Biológica, Ambiente e Qualidade de Vida «Cidade do Porto», que decorre de a partir de amanhã e até ao domingo, dia 30, visa sensibilizar o público para a importância da agricultura biológica na saúde humana.

A iniciativa conta já com 55 expositores,

onde se incluem produtores e distribuidores de alimentos, vestuário, chás medicinais, artigos de papelaria, cosméticos e artesanato, entre outros produtos naturais, que poderão ser comprados pelos visitantes.

Durante o certame, decorrerá ainda um conjunto de iniciativas de carácter informativo, pedagógico e lúdico, onde se incluem ateliers sobre papel reciclado, palestras e uma passagem de modelos.

A exposição internacional de caricatura «The Great Challenge» (O Grande Desafio) começa no final do mês, no Museu Nacional da Imprensa.

A mostra reúne trabalhos de alguns dos mais conhecidos cartoonistas do mundo, evocando 50º Aniversário da Declaração dos Direitos do Homem.

**Animação em Sintra**

Mais de 15 mil crianças e jovens do concelho participam no «SintrAnima'99», uma iniciativa que visa o encontro entre várias entidades educativas, funcionando como um espaço lúdico e de convívio.

Nesta 2ª edição, o «SintrAnima» realiza-se na Quinta do Mar, na Praia Grande, onde foram criados espaços dedicados a temas como Direitos e Liberdades, Interculturalidade, Ambiente, Animação do Livro e da Leitura, Ciência e Tecnologia, Artes e Ofícios e Comunidade.

As actividades prolongam-se até 1 de Junho, Dia Mundial da Criança.

**POEMA DA SEMANA**

**Seleção de Carlos Carranca**  
**A veste dos Fariseus**

*Era um Cristo sem poder  
Sem espada e sem riqueza  
Seus amigos o negavam  
Antes do galo cantar  
A polícia o perseguia  
Guiada por Fariseus*

*O poder lavou as mãos  
Daquele sangue inocente  
Crucificai-o depressa  
Lhe pedia toda a gente  
Guiada por Fariseus*

*Foi cuspidado e foi julgado  
No centro duma cidade  
Insultos o perseguiram  
E morreu desfigurado*

*O templo rasgou seus véus  
E Pilatos seus vestidos  
Rasgaram meu coração  
Mãe Mãe de João  
João Filho de Maria*

*A treva caiu dos céus  
Sobre a terra em pleno dia*

*Nem uma nódoa se via  
Na veste dos Fariseus*

**Sophia de Mello Breyner**

SUGESTÃO

**PORTO DE MODA'99**

A revelação do que poderá ser o guarda-roupa para a viragem do milénio é uma das propostas da 5ª edição do «Porto de Moda», um certame que se realiza, na cidade Invicta, a partir de hoje e até ao sábado, dia 29.

A iniciativa, que decorrerá na antiga estação de recolha de carros eléctricos na Rotunda da Boavista, vai ter como criador internacional convidado o espanhol Roberto Verino, que estará acompanhado de toda a sua habitual equipa de coordenação de moda, maquilhagem e cabeleireiro.

O «Porto de Moda» pretende ser um espaço de promoção de novos criadores, dando-lhes a possibilidade de estar no mesmo palco que alguns nomes consagrados.

Este certame, a realizar-se num espaço com capacidade para receber cerca de três mil pessoas, será apresentada pelo cantor Rui Reininho e envolverá uma equipa de 35 manequins.

O programa para hoje prevê a apresentação de trabalhos de alguns «aprendizes» de moda bem como um desfile com novos valores do sector, incluindo 18 estilistas e tendo como criadores convidados Paulo Cravo e Nuno Baltazar.

No segundo dia, será altura de apreciar as colecções de Anabela Baldaque, João Tome/Francisco Pontes, José António Tenente, Júlio Torcato, Katty Xiomara, Luís Buchinho, Maria Gambina e Miguel Vieira.

No sábado e último dia serão apresentadas as colecções de Dores Osório, Isilda Pelicano e Paula Rola, além das propostas de seis marcas de vestuário. O Porto de Moda'99 terminará com a apresentação das colecções do criador internacional convidado, Roberto Verino.

Acarte/Dança

**Corpo a Corpo**

Solos III: Ludger

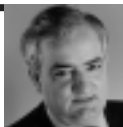
Lamers

(Estreia absoluta)

**27 e 28 de Maio, 21h30**

**Sala Polivalente**

**Fundação Calouste Gulbenkian Lisboa**



## O NEMATODO\*

**N**ão passaram ainda muitas semanas desde que me pronunciei sobre as estranhas declarações do Presidente do Governo Regional da Madeira.

Referia-me, então, indignado, a afirmações do «sujeito», relativamente à eventual existência em Portugal de um Estado policiado, com absoluto controlo dos meios de comunicação social, onde o exercício da democracia e o elementar direito de voto (e de escolha) estariam prejudicados.

O Dr. Jardim fez mesmo um apelo para que o PSD, lutando contra a «farsa», que assim era «denunciada», não participasse nos próximos actos eleitorais.

Tive oportunidade, nessa altura, de comentar nesta coluna, que as afirmações do Dr. Alberto João, revestiam uma gravidade inigualável e que não podia ficar-se indiferente perante elas, independentemente do juízo de valor formulado e do desprezo com que normalmente o ouviu.

Questionei-me mesmo, embora pudes-

se ser interpretado como «politicamente incorrecto», se não devia o Presidente da República, garante do normal funcionamento das instituições democráticas, intervir exemplarmente.

Nada se fez e quase tudo se silenciou. E sendo assim o «homem» sente-se «legitimado» para voltar a atacar quando os seus humores ou as suas circunstâncias políticas a tal o impelem.

O insulto gratuito e infame dirigido ao Dr. Mário Soares, feito aliás pela via do aparelho administrativo oficial, controlado na Madeira, é um dos acontecimentos mais tristes da democracia portuguesa. Passa todos os limites e todas as marcas.

Exige toda a indignação e pede todo o combate da sociedade civil.

A impunidade do Dr. Jardim e dos seus disparates deixou de ser um mero assunto de polícia e é hoje uma componente perversa do modelo democrático que desejamos para o país.

Esquecer, ignorar, «assobiar para as ávores» não é uma boa atitude, não é uma

atitude pedagógica e não é, sobretudo, uma atitude que fortaleça a nossa convicção, o respeito mútuo que nos devemos, a normalidade do funcionamento da vida pública, enfim, a própria democracia.

Pela minha parte não me calarei mesmo que tal seja, de novo, *politicamente incorrecto*.

Lamento, aliás, que a generalidade da comunicação social não tenha aprofundado a denuncia desta perversidade, optando estranhamente, por a reduzir a um caso de troca de ameaça de processos criminais e até a um mero processo automático de defesa corporativa.

Como ensinava Brecht, mesmo que passemos muito tempo a ver passivamente injustiçar os outros, é certo que o nosso tempo há-de chegar.

E depois é tarde de mais, até porque com *monstros não se brinca*.

*\*Quisto que ataca a raiz da batata de sempre e que se combate com a rotação das culturas de quatro em quatro anos.*

«As críticas de Graça Moura à Internacional Socialista são bacocas, vergonhosas e fascistóides»

**Sérgio Sousa Pinto**

*Público, 17 de Maio*

«Não teremos qualidade de vida se o que possuímos for construído à custa da violação da qualidade de vida dos outros»

**Maria de Lurdes Pintasligo**

*Visão, 20 de Maio*

«A situação em Angola deriva do facto de não ter havido, por uma das partes (UNITA), o respeito pelos compromissos dos acordos de Lusaka»

**Luís Amado**

*Visão, 20 de Maio*

«Lídia Jorge patenteia, como Agustina Bessa-Luís, uma capacidade incomum de refazer a vida, de nos maravilhar com incursões astutas onde o real se mistura com o irreal»

**Martinho de Castro**

*«Assim – Jornal de Crítica»*

«Vir ao teatro é para os jovens uma forma de se afastarem da televisão, das novelas, da guerra de audiências e da pimbalhada toda que assolou o País»

**João Lourenço**

*DNA, 22 de Maio*



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

|         |                 |
|---------|-----------------|
| Cheque  | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses        |
| Valor   | \$              |

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

| ASSINATURAS       | 6 MESES 2 NÚMEROS | 12 MESES 4 NÚMEROS |
|-------------------|-------------------|--------------------|
| Continente        | 500\$             | 800\$              |
| Regiões Autónomas | 700\$             | 1.200\$            |
| Macau             | 1.300\$           | 2.400\$            |
| Europa            | 1.500\$           | 2.900\$            |
| Resto do Mundo    | 2.300\$           | 4.400\$            |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

|         |                 |
|---------|-----------------|
| Cheque  | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses        |
| Valor   | \$              |

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

| ASSINATURAS       | 6 MESES 26 NÚMEROS | 12 MESES 52 NÚMEROS |
|-------------------|--------------------|---------------------|
| Continente        | 1.650\$            | 3.250\$             |
| Regiões Autónomas | 2.400\$            | 4.600\$             |
| Macau             | 4.600\$            | 9.100\$             |
| Europa            | 5.500\$            | 10.800\$            |
| Resto do Mundo    | 8.500\$            | 16.600\$            |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

### Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director

**Fernando de Sousa**

Redacção

**J.C. Castelo Branco**

**Mary Rodrigues**

Colaboração

**Rui Perdigão**

Secretariado

**Sandra Anjos**

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval**

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz